



Universidade de Brasília  
Faculdade de Educação  
Programa de Pós Graduação em Educação

**VALORES E SENTIDOS ATRIBUÍDOS À PAISAGEM  
AMBIENTAL URBANA NO PARQUE ECOLÓGICO OLHOS  
D'ÁGUA, EM BRASÍLIA - DF**

Danielle Abud Pereira

BRASÍLIA, DF  
2013



Universidade de Brasília  
Faculdade de Educação  
Programa de Pós Graduação em Educação

## **VALORES E SENTIDOS ATRIBUÍDOS À PAISAGEM AMBIENTAL URBANA NO PARQUE ECOLÓGICO OLHOS D'ÁGUA, EM BRASÍLIA - DF**

Aluna: Danielle Abud Pereira

Orientadora: Professora Doutora Claudia Márcia Lyra Pato

Dissertação de Mestrado submetido ao Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade de Brasília, como requisito à obtenção do título de Mestre em Educação, área de concentração Ecologia Humana e Educação Ambiental.

BRASÍLIA, DF  
Março de 2013

Universidade de Brasília  
Faculdade de Educação  
Programa de Pós Graduação em Educação

## **DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

# **VALORES E SENTIDOS ATRIBUÍDOS À PAISAGEM AMBIENTAL URBANA NO PARQUE ECOLÓGICO OLHOS D'ÁGUA, EM BRASÍLIA - DF**

**Danielle Abud Pereira**

Orientadora

**Professora Doutora Claudia Márcia Lyra Pato**

BANCA EXAMINADORA:

**Professora Doutora Claudia Márcia Lyra Pato**  
Universidade de Brasília / Faculdade de Educação  
Presidente

**Professor Doutor Philippe Pomier Layrargues**  
Universidade de Brasília / Faculdade de Planaltina

**Professora Doutora Rosângela Azevedo Corrêa**  
Universidade de Brasília / Faculdade de Educação

**Professora Doutora Vera Margarida Lessa Catalão**  
Universidade de Brasília / Faculdade de Educação  
Suplente

BRASÍLIA – DF, 2013

## DEDICATÓRIA

Aos meus filhos Lucas e Maria Luísa  
essências do meu viver e a memória  
da minha mãe e do meu avô Abud.

## AGRADECIMENTOS

Aos meus filhos, pela ausência física de horas divertidas não compartilhadas;

Ao meu marido, pela compreensão e amor;

A minha querida tia Albemar por não me deixar desistir, em momento nenhum, dos meus desejos e sonhos;

À Kumiko Mizuta, pelas oportunidades, incentivo e carinho;

À Maria Angélica Quemel, pela revisão dos primeiros ensaios do projeto de pesquisa;

A professora Vera Catalão, por disciplinas poéticas e por emoções compartilhadas;

As amigas do grupo de pesquisa, em especial à Ednalva pelos artigos e amizade construída; e à Claudia Moraes pela leitura e contribuições à dissertação.

A professora Rosângela Corrêa, pelo exemplo de perseverança e dedicação à Educação Ambiental.

A professora Maria Rita Avanzi pelas sugestões e ao professor Philippe Layrargues, pela atenção dispensada ao projeto de qualificação e a indicação valiosa de artigos e livros.

À minha querida orientadora Claudia Pato – pelo carinho, paciência e ensinamentos compartilhados, de forma tão generosa, nesses anos de convivência.

*“Eu sou eu porque sou, antes de tudo, essência. E uno, único, indivisível. Posso ser copiado, imitado, mas não duplicado em mente e alma. Sou o resultado de meus pais, meus avós, meus ancestrais, todos vivendo dentro de mim e ao mesmo tempo agora. Sou também fruto das circunstâncias, do imponderável, do ambiente. Das pessoas que me cercam, das com quem me relaciono, das que me dão ouvidos e das que me dão palavras. daquelas que ao me encontrarem levam um pouco de mim e deixam um pouco de si. Que me depuram, que me lapidam, que me transformam. Mas é certo que são minhas circunstâncias posto que posso elegê-las”.*

*José Ortega y Gasset*

## RESUMO

O estudo dos parques no contexto das cidades é descrito por diferentes áreas do conhecimento. No entanto, ainda são poucos os ensaios que buscam compreender a relação dos usuários, a partir dos valores pessoais e dos sentidos atribuídos a estas paisagens. Considerando a estrutura da relação de valores, com interferência sobre o comportamento ecológico das pessoas e a significação dessas áreas é importante reconhecer e explorar estas dimensões, para compreender as motivações que levam os indivíduos a adotarem uma conduta mais sustentável com o ambiente. Este estudo pesquisou os valores pessoais e os sentidos dos usuários do Parque Ecológico Olhos D'Água, em Brasília – DF. A adoção do modelo teórico de Schwartz conduziu o eixo epistemológico dessa pesquisa de método misto concomitante, na qual participaram 137 sujeitos na etapa quantitativa e três na etapa qualitativa (dois comerciantes e um representante da escola - que compõem o entorno do Parque). As análises evidenciaram uma maior concentração do tipo motivacional benevolência, o que reforça a cultura coletivista dos brasileiros descrita na literatura. Os sentidos atribuídos ao Parque apresentam maior frequência dos sentimentos de bem estar, tranquilidade e paz. As análises categóricas descrevem o valor do Parque sob a perspectiva do valor imobiliário e da relação de uma educação ambiental em um processo de transformação paradigmática. Os resultados obtidos sugerem o reconhecimento da Educação Ambiental como um pressuposto capaz de mediar a relação dos usuários com o Parque e promover o entendimento e o enfrentamento da complexidade dos conflitos ambientais.

**Palavras-chave:** valores pessoais; sentidos; comportamento ecológico; parques urbanos e educação ambiental.

## ABSTRACT

The study of parks within cities is described by different areas of knowledge. However, there are few trials that seek to understand the relationship of users, from personal values and meanings attributed to these landscapes. Considering the structure of the relationship of values with interference on the ecological behavior of people and the significance of these areas is important to recognize and explore these dimensions in order to understand the motivations that lead individuals to adopt a more sustainable behavior to the environment. This study investigated the personal values and senses of users Ecological Park of *Olhos D'Água* in Brasilia - DF. The adoption of the theoretical model of Schwartz led the axis of this epistemological concomitant mixed method research in which 137 subjects participated in the quantitative phase and three in the qualitative stage (two traders and a representative of the school - that make up the area around the Park). The analyzes showed a higher concentration of benevolence motivational type, which reinforces the collectivist culture of Brazilians described in the literature. The meanings attributed to the Park have a higher frequency of feelings of wellness, tranquility and peace. The categorical analyzes describe the value of the park from the perspective of real estate value and the relationship of environmental education in a process of paradigmatic change. The results suggest the recognition of environmental education as a prerequisite able to mediate the relationship between users and the Park and promote understanding and coping with the complexity of environmental conflicts.

**Keywords:** personal values; senses; ecological behavior; urban parks and environmental education.

## LISTA DE QUADRO

<b>Quadro 1</b> – Tipos e objetivos motivacionais dos valores pessoais.....	21
---	----

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1</b> – Estrutura teórica de relação entre valores.....	22
<b>Figura 2</b> - Perspectiva de Superquadras, croquis de Lucio Costa.....	45
<b>Figura 3</b> - Função das Áreas Verdes.....	47
<b>Figura 4</b> – Distribuição de parques no Distrito Federal/Década.....	52
<b>Figura 5</b> – Localização do Parque Ecológico Olhos d'Água.....	55
<b>Figura 6</b> - Matriz de método misto.....	71
<b>Figura 7</b> – Representação da estrutura teórica dos valores citados pelos participantes da pesquisa.....	80
<b>Figura 8</b> – Sentidos atribuídos ao Parque Ecológico Olhos D'Água.....	81
<b>Figura 9</b> – Representação da correlação bivariada entre o fator comportamento ecológico e a variável idade e pertencimento a ONG ambientalista.....	85
<b>Figura 10</b> – Categorias classificadas pela expressão temática.....	86
<b>Figura 11</b> – Sentidos atribuídos ao Parque Ecológico Olhos D'Água.....	87

**LISTA DE TABELA**

<b>Tabela 1</b> – Caracterização dos Sujeitos da Pesquisa – Fase Quantitativa.....	64
<b>Tabela 2</b> – Razões que motivam os usuários a irem ao Parque.....	82
<b>Tabela 3</b> – Média e desvio padrão por itens de comportamento ecológico.....	83
<b>Tabela 4:</b> Cargas fatoriais, comunalidades ( $h^2$ ), percentual de variância e covariância do fator principal com extração sobre os itens da Escala de Comportamento Ecológico – ECE.....	84

**SUMÁRIO**

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>14</b>
<b>CAPÍTULO 1 – CONSTRUÇÃO TEÓRICA</b> .....	<b>18</b>
1.1 Valores e a sua natureza epistemológica.....	18
1.2 Teoria de Valores de Schwartz .....	20
1.3 A crise ambiental e a emergência do comportamento ecológico .....	24
1.4 Comportamento Ecológico .....	27
1.5 O sentido da paisagem .....	31
1.6 Espaço e Lugar .....	35
<b>CAPÍTULO 2 - PARQUES URBANOS E O DISTRITO FEDERAL</b> .....	<b>39</b>
2.1 Parques Urbanos .....	39
2.2 Parques urbanos no Brasil .....	43
2.3 O contexto dos Parques no Distrito Federal.....	51
2.4 Parque Ecológico Olhos d'Água.....	54
2.5. Situação Problema: os diferentes olhares sobre Parque .....	58
<b>CAPÍTULO 3 – METODOLOGIA</b> .....	<b>62</b>
3.1 Descrição do Método .....	62
3.2 Sujeitos da Pesquisa .....	63
3.3 Estratégia metodológica .....	65
3.4 Instrumentos.....	67
3.5 Procedimentos .....	69
3.6 Análises de Dados .....	72
<b>CAPÍTULO 4 – RESULTADOS</b> .....	<b>79</b>

<b>CAPÍTULO 5 – DISCUSSÃO</b> .....	<b>88</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>95</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>97</b>
<b>ANEXOS</b> .....	<b>105</b>
ANEXO A - Instrumento adotado na fase quantitativa.....	105
ANEXO B - Termo de autorização da pesquisa.....	107

## INTRODUÇÃO

A natureza nos impõe uma dimensão de responsabilidade – cada vez mais discutimos e rediscutimos sobre o excesso de objetividade que coisifica o ambiente e o torna elemento de uma racionalidade econômica. O bem imaterial emprega em si um valor que se reveste por vezes, em capital – a natureza intocada e bucólica desempenha, na pós-modernidade, outros papéis.

Assim como as relações do humano com o ambiente ganham, ao seu tempo, diferentes leituras. Algumas recodificadas por modelos enraizados no contexto de nossa própria história; outras assinaladas por uma relação engendrada em novos critérios normativos, de valorização da natureza e proteção do ambiente. Estes caminhos deslocam interesses diversos e evidenciam, como descreve Leff (2006, p.226), a “incomensurabilidade entre os sistemas econômico e ecológico”.

No contexto das cidades, as áreas verdes também ganham o seu valor – a paisagem urbana modificada pelas relações de uso e ocupação do solo tornam estas áreas elementos da identidade social e contribuem para caracterizar a importância relativa oferecida pelos indivíduos ao ambiente.

Esta preocupação ambiental pode ser considerada como um fator determinante indireto de comportamentos ambientais; assim os aspectos relacionados a esta conduta evidenciam “motivações que levam o indivíduo a agir em defesa do meio ambiente ou de maneira não prejudicial a ele.” (PATO, 2011, p.126).

De tal modo, as áreas verdes, em especial, os parques urbanos se apresentam como “testemunhos importantes dos valores sociais e culturais das populações urbanas”, como ressalta Kliass (2010, p.13). São estas áreas responsáveis por proporcionar espaços para lazer contemplativo, atividades

físicas e recreativas e ao mesmo tempo manter fragmentos remanescentes de vegetação nativa, em meio aos prédios erguidos no contraste da paisagem.

Da mesma forma em que as áreas verdes podem conduzir a manifestação de uma maior qualidade de vida e bem estar, estes ambientes também agregam valor imobiliário à paisagem urbana alternando de maneira significativa a estrutura de relações entre valores.

Portanto, a partir da ambiguidade de valores que podem ser atribuídos à paisagem evidenciamos o contexto dessa pesquisa, que se constrói em razão de um possível conflito de interesses motivado pela incorporação de uma área localizada na entrequadra 213/214 norte, contígua ao Parque Ecológico Olhos d'Água, em Brasília – Distrito Federal, que no Decreto de criação não foi anexada à poligonal da unidade e por decorrência desse fato foi posteriormente vendida pelo Governo à iniciativa particular.

Os entraves desencadearam o processo de mobilização social para garantir a manutenção da área em contraposição à construção de um empreendimento comercial. No entanto, convergimos nosso eixo sobre os sentidos e os valores pessoais dos usuários do Parque – sujeitos não ativistas que se beneficiam indiretamente com as ações realizadas por grupos que promovem a mobilização em torno da conservação do Parque Ecológico Olhos d'Água.

De tal modo, em que medida os usuários deste lugar valorizam este espaço como um valor em si mesmo? Igualmente, até que ponto, estes sujeitos apresentam a mesma relação de afinidade, preocupação e proteção com o Parque?

Dessa forma, o objetivo dessa pesquisa se traduz em compreender os valores pessoais e os sentidos dos usuários do Parque Ecológico Olhos d'Água relacionados ao processo de conservação e preservação desta paisagem urbana. Tendo como objetivos específicos: (i) identificar os valores pessoais dos visitantes e comerciantes do entorno do Parque; (ii) verificar a relação

entre valores pessoais e comportamento ecológico dos visitantes do Parque e (iii) compreender os sentidos atribuídos ao Parque tendo em vista a formação de sujeitos ecológicos.

O eixo epistemológico adotado para alicerçar as diferentes leituras sobre a paisagem urbana do Parque Ecológico Olhos d'Água está fundamentado nos valores pessoais, naquilo que acreditamos como importante para nossas vidas e que, de forma intrínseca, dialoga com a paisagem, com aquilo que vemos e sentimos.

Nesse contexto, o conceito de valor adotado para compreensão desta pesquisa fundamenta-se nos pressupostos descritos por Schwartz (2005), que considera os valores como crenças, capazes de eliciar sentimentos e orientar padrões e critérios, modos de conduta adotados pelas pessoas para guiarem seus comportamentos e suas atitudes.

Para compor esta lente teórica sob a perspectiva do comportamento ecológico destacamos as referências de Pato (2005, p.7), que o descreve como sendo “um conjunto de ações intencionais dirigidas e efetivas que respondem a exigências sociais e individuais e resultam em proteção do meio ambiente”.

Para Carvalho (2008), ao considerar o ambiente natural como um bem em si, a Educação Ambiental traz de certa forma a relação com os seres não humanos para o contexto educativo e nos revela a necessidade de uma ética capaz de sustentar uma atitude de respeito e prudência com os bens ambientais.

Subjacente a estas referências emerge o sentido da paisagem, que na visão de Santos (1998) a concebe como formas que exprimem as heranças que representam o sentido das sucessivas relações entre o homem e a natureza. Esta concepção dialoga com o reconhecimento da impossibilidade de um conceito objetivo que neutraliza a expressão da paisagem e a remete para um reducionismo biológico.

A associação dos instrumentos escolhidos para o alcance dos objetivos descritos nesta pesquisa está baseada na adoção de uma metodologia que contempla uma investigação baseada em uma matriz de métodos mistos concomitantes, na qual os procedimentos ocorrem de forma complementar, ou seja, na convergência das abordagens quantitativa e qualitativa.

Assim, tratamos de estruturar este trabalho em cinco partes. A primeira delas, o **Capítulo 1** descreve o aporte teórico adotado e a elucidação de seus conceitos - aborda as referências sobre valores pessoais, comportamento ecológico, descrição de espaço e lugar como elementos estruturantes para articulação dos eixos adotados. No **Capítulo 2** são apresentados o contexto dos Parques Urbanos e a configuração destas unidades, no âmbito do Distrito Federal. No **Capítulo 3** são descritos os elementos que compõem a concepção metodológica adotada para investigação do objeto de estudo e as análises realizadas nas fases quantitativa e qualitativa. O **Capítulo 4**, por sua vez expõe os resultados obtidos na pesquisa. Por fim, no **Capítulo 5** são apresentadas, a discussão e as considerações finais que compõem no conjunto dos elementos propostos, a contribuição sobre os valores e os sentidos atribuídos à paisagem ambiental urbana, no Distrito Federal.

## CAPÍTULO 1 – CONSTRUÇÃO TEÓRICA

---

### 1.1 Valores e a sua natureza epistemológica

A expressão valor nos remete a várias distinções conceituais, isso porque a ubiquidade relativa ao termo permeia diferentes áreas do conhecimento. Por quantas vezes nos deparamos com os valores testemunhando nossas reflexões ou por outro lado expressando a eleição de nossas escolhas pessoais?

Essas relações se fazem porque dentro do nosso processo histórico o termo valor dialoga com as mais diversas teorias transculturais. Por essa razão, dada a permeabilidade proporcionada pelas diferentes acepções do termo adotaremos como referencial teórico os valores pessoais, fundamentados na psicologia ambiental que imprime o sentido da construção enunciada na inter-relação e realidade dos sujeitos, imbricados com o comportamento ecológico.

Esta eleição descreve uma possibilidade de buscar, a partir da sujeição do ser, uma leitura para os processos de relação simbólica com a natureza. Assim, passaremos a tratar em princípio do desenvolvimento teórico dos valores.

Nesse contexto destaca-se a abordagem conceitual dos valores a partir de Rokeach, pela relevância dos estudos precursores e de Schwartz, pela concretização da tipologia dos conteúdos dos valores humanos fundamentados em construtos motivacionais que alicerçam o desenvolvimento desta pesquisa.

Rokeach (1981, p.132) define valores como crenças que guiam transcendentemente nossas ações e julgamentos; são o componente central da nossa personalidade, ordenados ao longo de um *continuum* de importância. Para o autor uma vez internalizado, o valor se torna “consciente ou inconscientemente, um padrão ou critério para guiar a ação, desenvolver e

manter as atitudes em relação a objetos e situações relevantes, para julgar moralmente a si e aos outros e para se comparar com outros”.

Os estudos realizados por Rokeach ainda nos anos 70 evidenciaram, segundo Tamayo (2005, p.8) a preocupação preditiva dos valores pessoais em relação ao comportamento e o vínculo com as atitudes. Por essa razão, seus esforços possibilitaram novas investigações e salientaram a importância da compreensão dos valores a partir do indivíduo.

Para Ros (2006, p.30) as principais contribuições oferecidas por Rokeach consolidaram-se em torno do desenvolvimento do instrumento para medir valores (RVS) e a criação do método de autoconfrontação de valores. Estas referências propiciaram para as décadas seguintes o desenvolvimento de estudos que objetivaram a integração dos valores tanto no plano pessoal quanto cultural.

Schwartz amplia a perspectiva do trabalho realizado por Rokeach e produz uma teoria integrada do conteúdo e da estrutura universal dos valores humanos. Segundo o autor, a teoria “descreve aspectos da estrutura psicológica humana que são fundamentais, aspectos presumivelmente comuns a toda a humanidade.” (SCHWARTZ, 2005, p.21)

Segundo Schwartz (ibid., p.22) “quando pensamos em valores pensamos naquilo que é importante para nós”, um sentido particular que atribuímos por razões ou motivações próprias. Para o autor os valores são crenças e estão intrinsecamente relacionados à emoção, podem ser considerados como construtos motivacionais - os quais se referem a objetivos desejáveis, porém abstratos que as pessoas se esforçam para ter, hierarquizados em sistema de prioridades axiológicas - importância relativa dada a cada tipo motivacional - que nos caracterizam enquanto indivíduos.

Para Tamayo (2005, p.161) os valores pessoais são representações cognitivas, ademais são estabelecidos necessariamente como uma preferência, uma meta que segundo o autor pode ser entendido como sendo

uma “distinção entre o que é importante para o indivíduo e o que é secundário, entre o que tem valor e o que não tem valor”.

Na perspectiva de Pato (2011) os valores podem ser entendidos por meio de uma orientação ou atitude humana preferencial que se apresenta de forma positiva e desejada se a considerarmos em relação a objetos, pessoas ou ainda situações.

Estas afirmações teóricas de convergência epistemológica nos remetem a construção do estudo de valores pessoais sob a perspectiva de uma relação hierárquica, motivados pelo seu grau de importância – e sob o ponto de vista daquilo que elegemos como prioridade para nossas vidas e que de forma intrínseca relacionam-se com o nosso comportamento.

Assim, para compreensão do estudo de valores apresentamos a Teoria de Valores descrita por Schwartz que consolida a fundamentação deste arcabouço teórico que será necessário para o desenvolvimento desta pesquisa.

## **1.2 Teoria de Valores de Schwartz**

Segundo Schwartz (2005, p.23) os valores podem ser caracterizados como:

- 1) *Crenças. Crenças estão intrinsecamente ligadas à emoção e não ideias objetivas e frias.*
- 2) *Construto motivacional: referem-se a objetivos desejáveis que as pessoas se esforçam por obter.*
- 3) *Transcendem situações e ações específicas: são objetivos abstratos*
- 4) *Guiam a seleção e avaliação de ações, políticas, pessoas e eventos: isto é valores servem como padrões ou critérios.*
- 5) *Ordenados pela importância relativa aos demais: os valores das pessoas formam um sistema ordenado de prioridades axiológicas que as caracterizam como indivíduos.*

De acordo com o autor “as características não indicam seu conteúdo substantivo”, no entanto descreve que o “aspecto essencial do conteúdo que diferencia os valores é o tipo de meta motivacional por ele expressada”. (SCHWARTZ, 2005 p.58).

Dessa forma podemos compreender a Teoria dos Valores a partir dos dez tipos motivacionais preconizados pelo autor, os quais se diferenciam pelo tipo de meta motivacional que eles expressam, conforme descrito no Quadro 1.

A declaração dos tipos motivacionais passou por uma verificação empírica e foi sistematizada pelo autor no intuito de estruturá-los pelo seu caráter universal e ademais pela motivação que o valor expressa.

**Quadro 1 – Tipos e objetivos motivacionais dos valores pessoais**

<b>Tipo Motivacional</b>	<b>Objetivo</b>
1 Autodeterminação	Pensamento e ação independente – escolher, criar e explorar.
2 Estimulação	Excitação, novidade, desafio na vida.
3 Hedonismo	Prazer ou gratificação sensual (prazer associado a sua satisfação).
4 Realização	Sucesso pessoal por meio de demonstração de competência de acordo com padrões sociais.
5 Poder	<i>Status</i> social e prestígio, controle ou domínio das pessoas.
6 Segurança	Segurança, harmonia e estabilidade da sociedade, dos relacionamentos e de sim mesmo.
7 Conformidade	Restrição de ações, inclinações e impulsos que tendem a chatear ou prejudicar outros e que violam expectativas ou normas sociais.
8 Tradição	Respeito, compromisso e aceitação dos costumes e ideias que a cultura ou religião do indivíduo fornecem.
9 Benevolência	Preservação e fortalecimento do bem estar daqueles com que o contato pessoal do indivíduo é mais frequente.
10 Universalismo	Compreensão, agradecimento, tolerância e proteção do bem-estar de todos e da natureza.

Fonte: Valores humanos básicos: seu contexto e estrutura intercultural (SCHWARTZ, 2005, p. 21-55).

Embora classificados em razão de seus objetivos (conteúdo), os tipos motivacionais apresentam relação qualitativa entre si e caracterizam-se pelo agrupamento de valores. Outro aspecto descrito na teoria refere-se à estrutura de natureza circular apresentada na Figura 1, na qual se observa a relação de oposição estabelecida entre tipos motivacionais antagônicos: autotranscendência *versus* autopromoção; e autodeterminação e estimulação *versus* conformidade, tradição e segurança.

Segundo o autor, a dimensão que contrasta abertura a mudança e conservação “captura o conflito entre a ênfase no pensamento e ações independentes do indivíduo que favorecem a mudança”; a segunda dimensão descrita pela oposição entre autopromoção e autotranscendência “captura o conflito entre a ênfase na aceitação dos outros como iguais e a preocupação com o seu bem-estar e a busca pelo seu próprio sucesso relativo e domínio dos outros.” (SCHWARTZ, 2005, p.29).

**Figura 1** – Estrutura teórica de relação entre valores



Fonte: Valores humanos básicos: seu contexto e estrutura intercultural (SCHWARTZ, 2005, p. 21-55).

Na compreensão de Schwartz a estrutura circular dispõe o padrão total de relações teóricas de conflito e congruência entre tipos motivacionais, para o autor:

Quanto mais próximos dois tipos motivacionais estão em qualquer uma das direções ao redor do círculo, mais semelhantes são suas motivações subjacentes. Quanto mais distante, mais antagônicos. (SCHWARTZ, 2005, p. 29).

A teoria descrita condensa a dimensão da bipolaridade entre tipos motivacionais – os quais configuram no âmbito desta pesquisa, objeto da discussão, pois a orientação valorativa (autotranscendência/autopromoção) possibilita refletir o espaço da bidimensionalidade, no padrão da estrutura circular, ou seja, nos possibilita identificar se os valores eleitos podem afetar um comportamento pró-ecológico ou ambiental.

Nos estudos realizados por Karp (1996) com adoção da tipologia de Schwartz (1992, 1994) das quatro categorias de valores descritas pelo autor, *autotranscendência* e *abertura à mudança* apresentaram influência positiva no comportamento pró ambiental, por outro lado, *autopromoção* e *conservação* apresentaram relação oposta. Isso significa que, pessoas com valores de *autotranscendência* e *abertura à mudança* apresentam maior predisposição a comportamentos ecológicos.

Além dos valores adotados como precedentes, as atitudes, a preocupação ambiental, a percepção de risco, as condições ambientais e os estilos de vida também podem ser descritos como antecedentes significativos (PATO 2006, p. 129).

Corraliza e Martin (2000, p.34) descrevem que os valores pessoais “*sobre el mundo y la própria practica*” permitem identificar os grupos sociais aos quais pertencem e defini-los em razão dos diferentes estilos de vida que os definem. De um modo geral, acrescentam os autores que, os valores indicam os diferentes estilos de vida das pessoas – assim podemos considerar que os

valores descrevem uma relação compatível com os estilos de vida, ou seja, dependendo do estilo de vida das pessoas elas poderão ser mais ou menos ecológicas.

Assim, ao considerarmos os valores, na sua complexidade em si e na maneira de nos situarmos diante das expectativas do mundo, evocamos para esse contexto e de forma intrínseca o comportamento ecológico, um agir de forma responsável e um comportar-se de forma cuidadosa com o ambiente.

Dessa forma, segue a tessitura desse eixo epistemológico o contexto sobre o comportamento ecológico, um interesse teórico inerente à teoria dos valores, que converge com os preceitos da sustentabilidade e abriga na sua essência as inquietudes com a irrefreável degradação ambiental e a necessidade de resignificar a concepção racional sobre a natureza para imbuí-la de significado e apropriação.

### **1.3 A crise ambiental e a emergência do comportamento ecológico**

*A época que vivemos hoje não é da luz nascente da aurora, que é a luz do primeiro olhar, nem a luz das sombras que afoga mais do que revela; é a luz que também brilha na noite, a luz da fogueira, a luz amarela da lua que, nos diz Sapho, circula para lembrar aos homens a presença da luz na própria escuridão Unger (2000 p.25).*

Descrever um comportamento que manifesta um sentido ecológico é mais que desnudar um conceito é apresentá-lo sob a condição de sua existência e delineá-lo sob o enredar de um movimento de transformação paradigmática – de um transitar para um mundo complexo que demanda também outras subjetividades.

Assim, torna-se essencial abordar antes do comportamento ecológico, a razão que impulsionou sua concepção. Para tanto iremos descrever elementos significantes, como a percepção da crise ambiental e a emergência de um pensamento que contribui para a narrativa de um processo de consciência das relações humanas com o ambiente.

Leff (2006, p.133) ao se referir à crise ambiental, a reconhece como uma crise que veio para questionar os fundamentos ideológicos e teóricos que impulsionaram e legitimaram o crescimento econômico, “negando a natureza e a cultura, deslocando a relação entre o Real e o Simbólico.”

A essência da crise é a incerteza [...] Vive-se no do século XXI, uma emergência que, mais que ecológica, é uma crise do estilo de pensamento, dos imaginários sociais, dos pressupostos epistemológicos e do conhecimento que sustentaram a modernidade Uma crise do ser no mundo que se manifesta em toda sua plenitude: nos espaços internos do sujeito, nas condutas sociais autodestrutivas e nos espaços externos, na degradação da natureza e da qualidade de vida das pessoas. (JACOBI, 2005, p. 240).

Na perspectiva de Grün (2005, p.45) o “problema ecológico não é somente um problema técnico, mas é também um problema ético” a relação descrita pelo autor enfatiza ainda que o fundamento da crise ambiental se alicerça no antropocentrismo que se firmou no mundo com “a postura que apregoa o ser humano como centro de tudo”, e cuja “separação entre sujeito – objeto; natureza – cultura é apontada como um dos pivores da crise ecológica”.

Makiuchi (2011, p. 85) corrobora a percepção de Grün ao descrever que a crise apresenta-se como uma crise ética, que se abrevia ao “final das contas” na relação que os homens estabelecem entre si e com o mundo, “onde a ideia de que tudo pode tornar-se recurso tem sustentação na instrumentalização da razão, na operacionalização dos lucros e na atomização dos indivíduos”.

Assim, abordar a crise é apreendê-la sob a égide de um processo relacional, na qual a aceleração das relações predatórias estabelece mudanças radicais à natureza; onde o “poder das forças desencadeadas num lugar ultrapassa a capacidade local de controlá-las, nas condições atuais de mundialidade e de suas repercussões nacionais.” (SANTOS, 2008, p. 253).

De forma clara descrever a crise é expor a racionalidade fundada nas marcas do capitalismo, é nos despir diante de nós mesmos – é desvelar

nossas compulsões e consumismos que nos equipara por bens, ao mesmo tempo é refletir sem, portanto negar o processo histórico que significou a natureza como capital, e ampliou a relação de uso em detrimento de uma racionalidade ambiental que na compreensão de Enric Leff pode ser descrita como:

A síntese de valores, racionalidades e sentidos civilizatórios que emerge de potencialidades e possibilidades contidas em diferentes processos materiais, ordens ontológicas e formações simbólicas. (LEFF 2006, p. 113).

Na perspectiva de Unger (2000, p.15), a crise é o retrato de uma sociedade em pedaços, de uma civilização que dissocia o corpo e o espírito, a luz e o mistério, o ser humano e o Cosmos. Simbolicamente essa referência acolhe a reflexão da instrumentalização das relações sociais e da dissociação do caráter atribuído à relação humano – natureza.

A crise afeta os aspectos da vida e nos impulsiona a compreensão de uma nova realidade – complexa na sua essência e necessária frente a novas possibilidades de fluidez – significada na religação do humano consigo e com a natureza.

O mundo atual está enredado em uma encruzilhada entre a modernidade e a pós modernidade; transita por uma ponte sobre o vazio de determinação, casualidade, objetividade, estrutura e unidade do conhecimento que se afasta do paradigma mecanicista da ciência que corre sob seus pés ; avança através da incerteza e da perda de referencialidade empírica do conceito para chegar à outra margem, a de um mundo complexo que demanda uma nova racionalidade para orientar ações políticas e estratégias emancipatórias que permitam fazer frente ao discurso da simulação que nos seduz (LEFF, 2006, p.129).

Da crise que transborda inquietudes atravessamos, ainda que a passos lentos, para o outro lado da ponte, buscamos então, um conhecimento segundo Moraes (2008, p.31) que nos possibilite encontrar soluções para as dificuldades

que nos preocupam “tanto no que se refere às condições sociais como ambientais enfrentadas pela humanidade, como também em relação à necessidade de diminuição das brechas que nos separam do resto do mundo.”

A crise nos fez emergir para um processo de resignificação – embora com as marcas de uma história que não se apaga, o momento no qual vivemos nos incita a buscar não a declaração de conflito entre racionalidade econômica e ordem ecológica, mas sim a evidencia da superação em busca de uma realidade sustentável. É, portanto nesse contexto que, tanto os valores, quanto o comportamento tornam-se tão essenciais – pois estamos nos dando à oportunidade de pensar o que queremos e onde queremos chegar.

A discussão em torno da sustentabilidade passa dessa forma e antes de tudo pelos nossos pensamentos, pelos nossos valores e pela maneira de como iremos nos comportar diante daquilo que elegemos como prioridade para as nossas vidas e que de forma própria se ajuíza no outro.

Assim, o comportamento ecológico engendrado pela crise ambiental e pela necessidade de novos critérios normativos para valorização da natureza representa um importante construto, emergente e colaborativo para se alcançar o sentido da sustentabilidade; pois se transfere de um valor pessoal para encontrar uma grandeza maior - o caráter coletivo.

#### **1.4 Comportamento Ecológico**

Os primeiros estudos sobre comportamento ecológico referiam-se segundo Corral-Verdugo & Pinheiro (1999, p.9) a natureza experimental “o que os tornava limitados por necessidade” ou naturalista que, em geral eram “limitados por decisão dos pesquisadores”. Foram os behavioristas, segundo o autor, os responsáveis por conduzir a maior parte dos estudos experimentais – nos quais se deseja aumentar a probabilidade de ocorrência de condutas pró-ambientais; prestando dessa forma mais atenção ao controle dos fatores

externos ao comportamento, como por exemplo: as consequências da conduta ambiental.

Em contrapartida os cognitivistas manifestavam interesse por variáveis internas dos indivíduos – por meio de estratégia observacional estes, ainda segundo os autores, associavam condutas ambientalmente responsáveis a algumas características psicológicas dos indivíduos, tais como atitudes, conhecimentos e personalidade.

Embora a natureza da sua essencialidade se faça presente, ainda são poucos os estudos que evidenciam a contribuição do comportamento ecológico para o entendimento das questões ambientais. Segundo Pato (2005, p. 4), citando (Biaggio, Vargas, Monteiro, Souza & Tesche, 1999; Casal & Okamura, 2002; Okamura, 2002; Pinheiro, 2002; Albino & Pinheiro, 2002):

Os esforços para compreender o comportamento ecológico dos brasileiros e seus antecedentes ainda são ínfimos, carecendo de mais pesquisas empíricas, que procurem elucidar a complexidade desse fenômeno na realidade brasileira (PATO, 2005, p.4).

Pato (2005, p.27) assevera ainda que a compreensão de aspectos relacionados a comportamentos ecológicos poderá contribuir para o estabelecimento de “estratégias de intervenção mais eficazes, assim como para elaboração de políticas ambientais mais compatíveis com a realidade brasileira”.

Assim, ao recorrer para uma definição de “comportamento ecológico”, encontramos na literatura diferentes termos para o mesmo significado. Corral-Verdugo (2004, p. 2) descreve as seguintes expressões:

- Comportamiento ambiental (Bratt, 1999; Zelezny, 1999),
- Conductaproambiental (Leeming, Dwyer, Porter y Cobern, 1993; Corral-Verdugo, 2001),

- Conducta ecológica (Kaiser y Shimoda, 1999),
- Conducta ambiental responsable (Cottrell y Graefe, 1997)
- Conducta sustentable (Schmuck y Schultz, 2002)

Embora ocorra a distinção dos conceitos apresentados; Corral-Verdugo evidencia aspectos comuns que se referem a uma conduta sustentável que se caracteriza segundo o autor:

Pelo conjunto de ações efetivas, deliberadas e avançadas que resultam na preservação dos recursos naturais, incluindo a integridade de espécies animais e vegetais, assim como o bem estar individual e social das presentes e futuras gerações (CORRAL-VERDUGO, 2004, p.10).

Dessa forma, a expressão conduta sustentável também pode ser entendida como comportamento ecológico, no qual segundo Pato (2004 apud Shultz & Zelezny, 1998; Karp, 1996) é o comportamento que favorece o ambiente natural – motivado por um valor interno sem expectativa de retorno – porém com contribuição para um bem coletivo.

Corral-Verdugo (2006, p.111) define comportamento pró-ecológico, como sendo “uma conduta efetiva, antecipada e dirigida à preservação do ambiente ou a minimização da degradação”. Destaca o autor ser esta uma classe de ações “prioritárias para garantir a sobrevivência da espécie e alcançar um nível de vida digno para os seres humanos”.

Para Corral-Verdugo (2004, p.10) uma conduta sustentável é aquela evidenciada por um “conjunto de ações efetivas, deliberadas e antecipadas que resultam na preservação dos recursos naturais, incluindo a integridade das espécies animais e vegetais, assim como o bem estar individual e social das presentes e futuras gerações”.

Pato e Tamayo (2006) descrevem que o comportamento ecológico pode ser entendido “em sua complexidade, no sentido de envolver as intenções claras conscientes, como também as ações em favor do meio ambiente”. A denominação adotada pelos autores manifesta um “sentido positivo”, ou seja,

revela-se como uma conduta em favor do meio ambiente caracterizada, ou não, por ação consciente e intencional.

Pato (2005, p.29) define comportamento ecológico como uma “preocupação com o meio ambiente que reflete a utilização dos recursos de maneira sustentável”, além disso, considera a autora que subjacentes a este comportamento podemos considerar dois importantes aspectos, a ética e as motivações – que se afirmam em seu conjunto pelo agir em defesa do ambiente baseados em princípios de sustentabilidade e no reconhecimento entre relações humanas e a sustentabilidade ambiental.

Ao evidenciar estes pressupostos estamos considerando o comportamento ecológico sob a perspectiva de sua complexidade e não tão somente orientado para a relação simplificada de impacto e de convencimento sobre o contexto de uma crise ambiental, mas também e sobretudo, pelo reconhecimento de uma ética ambiental que permeia a forma de conhecer a realidade, portar-se diante dela e fazer-lhes frente.

Segundo Freire e Vieira, (2006, p. 33) a perspectiva da ética ambiental implica segundo os autores “de uma responsabilidade pelo outro da natureza ou pelo outro como ambiente exterior a mim e, ao mesmo tempo, da responsabilidade pelos outros que habitam o mundo, ou que virão a habitá-lo.”

Assim, o emprego da terminologia comportamento ecológico sob a compreensão desses atributos ampliam a perspectiva desse estudo, pois implica aqui uma noção arraigada também ao sentido que atribuímos ao ambiente; pois o modo como às pessoas significam sua relação consigo (identidade pessoal) e com o mundo (identidade social) contribuem para identificarmos uma maior possibilidade de um comportamento de preservação ambiental. VALLERA E POL (1999 apud FREIRE E VIEIRA, 2006, p.34).

Diante desse contexto, o comportamento ecológico aqui referenciado dialoga com o movimento do sentido de conservar. Assim, a significação

adotada aparece de forma intrínseca, quando tratamos de estabelecer com o ambiente uma relação de cuidado e de respeito.

Portanto, passaremos a tratar a seguir, do conjunto de categorias correlatas, fundamentais para a composição e compreensão deste estudo que nos remete a um contexto de ambiente urbano, no qual a paisagem permeia as diferentes leituras de um mesmo lugar.

### **1.5 O sentido da paisagem**

O termo paisagem tem origem ainda no século XV, como vocábulo de origem germânica e introduzido na Inglaterra no século XVI, para descrição de uma “representação pictórica do campo”. Porém é na Itália, em 1521 onde ocorre a referência do termo *paesaggio* – para designar obras com representação da natureza. (SALGUEIRO, 2001, p.38).

A acepção da palavra paisagem, descrita no Houaiss designa, a *extensão de território que o olhar alcança num lance; um conjunto de componentes naturais ou não de um espaço externo que pode ser apreendido pelo olhar; o espaço geográfico de um determinado tipo ou pintura ou desenho no qual o tema principal é a representação de formas naturais.*

Para Santos (2012, p.67) a paisagem pode ser entendida como um “conjunto de formas que num dado momento, exprime as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza” [...] considera ainda o autor que tudo aquilo que nós vemos e que nossa vista alcança, é paisagem. Ela pode ser definida como o “domínio do visível, aquilo que a vista abarca. Não é formada apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons etc.”

Compreendida por muitos como uma expressão típica da geografia, o “conceito de paisagem é anterior à organização da própria ciência geográfica”, como descreve Jackeline Myanaki:

Os termos *paysage*, *paesaggio*, paisaje e paisagem são contemporâneos ao momento em que a paisagem, como gênero da pintura, começa a ser explorada por artistas, portanto, muito mais próximo das artes plásticas do que da geografia. (MYANAKI, 2003, p.19).

Podemos considerar, entre outras premissas, serem os artistas a manifestarem as primeiras impressões da paisagem. No Brasil a expedição russa conhecida como Langsdorff realizada nos anos de 1821 a 1829 contribuiu para o registro da paisagem e inventário da flora brasileira no século XIX, no percurso de dezessete mil quilômetros entre as províncias do Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Mato Grosso e Pará.

Para Teresa Salgueiro:

A fruição da natureza como espetáculo estético, implícita à invenção da paisagem implica o afastamento entre o sujeito e o objeto de contemplação (a natureza), a mobilização dos sentidos e a aprendizagem de códigos de seleção, apreciação e valorização, os quais fazem parte de um modelo cultural, pois a paisagem é uma maneira de ver o mundo (SALGUEIRO, 2001, p.38).

A pintura cumpriu um relevante papel no que diz respeito à construção de “códigos estéticos de apreciação da natureza”. Na leitura de Salgueiro esta forma de expressão imprimiu uma nova relação do humano com a natureza. Efetivamente a paisagem, impressa na forma da arte, incentivou ao seu modo - o caminho da descoberta de outras leituras da própria paisagem e ao mesmo tempo introduziu o ensaio sobre a própria relação de distanciamento do humano sobre o ambiente, para impressão da arte.

Porém, são nos estudos cuja referência se faz em *Paisagem e Geografia*, descrito por Salgueiro (2001) que a autora analisa na linha do tempo, a convergência e as definições antagônicas para a expressão do termo

paisagem. Para tal razão, justifica a autora serem as escolas de pensamento ponto determinante para diferenciação do objeto de análise.

Para a autora a paisagem é identificada por modos diferentes, entre eles destacam-se ainda segundo Salgueiro (2001, p.40) - uma corrente que se fundamenta na caracterização da forma – que recorre basicamente ao método morfológico, cujos pressupostos são acolhidos por Brunhes e outros alemães. E outra linha de estudo revelada pela autora que “privilegia as características de uma área expressa nos atributos físico-naturais e humanos e o estudo das inter-relações dos fenômenos nesse território”.

Embora o destaque a estas duas vertentes, outras grandes tradições ainda são consideradas pela autora, porém o fato a que nos dedicamos, está em revelar a paisagem enquanto um “conceito integrador” – que se manifesta no século XXI, em particular, como uma expressão que se associa a concepção de sistemas – de inter-relações e que de forma intrínseca aflui para o enredar de uma ciência que se integra também a uma ecologia humana.

Para Bertrand (1968 apud Salgueiro 2001 p.44):

A paisagem é uma certa porção do espaço, o resultado da combinação dinâmica, portanto instável de elementos físicos ou abióticos, biológicos e antrópicos que reagindo dialeticamente uns sobre os outros fazem da paisagem um elemento único e indissociável que evoluciona em bloco.

Segundo Tuan (1965) a paisagem pode ser considerada como um “campo que se estrutura na relação do eu com o outro, o reino onde ocorre nossa história, onde encontramos as coisas, os outros e a nós mesmos”. Essa definição nos encaminha para o conceito de meio ambiente que dialoga de forma intrínseca quando adotamos o parque como uma paisagem para compreensão.

Igualmente, o meio ambiente aqui concebido será adotado na singularidade da expressão ambiente que segundo Tuan são “condições sob

as quais qualquer pessoa ou coisa vive ou se desenvolve; a soma total de influências que modificam ou determinam o desenvolvimento da vida ou do caráter" (TUAN, 1965, p.6).

Chatelin (1986 apud Holzer 1997, p.81) descreve que:

Meios e paisagens são formados desses objetos que todo mundo pode ver, que alguns estudam, e que todos utilizam de diversas maneiras: as árvores e as terras, as rochas e as colinas... Pensar os meios e as paisagens é empreender a reunificação ou de colocar todas as atitudes que se pode adotar, em face destes objetos para perceber, compreender sentir e se exprimir.

Assim, ainda que ao tratar de um tema tão afeito a uma ciência como a geografia gostaríamos aqui de revelar um ambiente, uma paisagem sem letreiros de uma corrente conceitual e sim de uma abordagem que privilegia a representação e o sentido da paisagem – de uma paisagem que traduz a relação do sentido, do visível e também do invisível.

Para Fígoli (2004) ao contrário do olhar apresentado pela geografia a paisagem é “muito mais que o simples espaço exterior ao homem”, representa segundo o autor “um signo (dizível) integrante de um imaginário social que aponta para um sentido (indivizível) mais que lhe serve de referência”. Acrescenta ainda que a paisagem “tem feito do entorno exterior e visível a chave para compreensão do sentido da vida humana”.

Segundo Peres e Barbosa (2010) a paisagem pode ser descrita como sendo:

Um objeto vivo, um espaço dinâmico que integra o corpo social e que faz parte da sua cultura, por isso não pode ser descontextualizada, dependendo sempre do seu poder de sobrevivência. A paisagem objeto conscientizado, não pode ser considerada muito menos interpretada com um processo à parte e distinto da apropriação útil e da relação vivencial que sustenta a vida do sujeito (PERES E BARBOSA, 2010, p.200).

Dessa forma, para o estudo da paisagem será adotado a pluralidade de concepções – cujas referências descritas trazem para o âmbito desta pesquisa uma relação de caráter subjetivo – portanto, a centralidade da paisagem será dada na forma como o sujeito vê o mundo – a representação daquilo que emerge da sua relação consigo e com o parque.

Contudo, conceber o Parque Olhos D'Água sob essa perspectiva é considerar ainda a necessidade de outras importantes abordagens conceituais tais como as referências de espaço/ lugar. Pois, ao tratamos de atribuir sentido a paisagem estamos ao mesmo tempo nos referindo a uma paisagem que não está avulsa, mas ao mesmo tempo afeita ao contexto de uma unidade de conservação. Por essa razão passaremos a discorrer sobre a distinção do espaço e de lugar, pois estas diferenciações ganham conteúdo ao delinear-mos o decorrer deste estudo.

## **1.6 Espaço e Lugar**

O conceito de espaço notadamente se apresenta nessa seção por meio da leitura de Santos (2012, p. 80) que o descreve como sendo “o resultado da soma e da síntese, sempre refeita, da paisagem com a sociedade por meio da espacialidade.”

Ainda segundo o autor, o espaço pode ser considerado como paisagem em razão da vida que nela existe – “é a sociedade encaixada na paisagem, a vida que palpita conjuntamente com a materialidade”, acrescenta ainda que o “valor atribuído a cada fração da paisagem pela vida – é o que metamorfoseia a paisagem em espaço”. Assim considera o autor que, o valor individual é representado pelo valor que a sociedade atribui a cada pedaço da matéria.

Dessa forma, quando uma “sociedade age sobre o espaço – ela não o faz sobre uma realidade física, mas como uma realidade social” – assim, o

espaço pode ser considerado segundo o autor, como o resultado da interação humana – o espelho da condição de sociedade.

Tuan (1983, p. 39) descreve o espaço como sendo um “termo abstrato para um conjunto complexo de ideias” cuja maneira de dividi-lo se assemelha no fato de que repousa no “homem a medida de todas as coisas.” Para o autor, o espaço pode ser considerado como:

Um constructo do ser humano – é a necessidade biológica de todos os animais é, também para os seres humanos uma necessidade psicológica, um requisito social, e mesmo um atributo espiritual” (TUAN, 1983, p.66).

Na revisão da literatura quando tratamos de atribuir sentido ao espaço encontramos a denominação de lugar. Porém, ambos os termos indicam segundo Tuan (1983, p. 3) experiências comuns – “vivemos no espaço” e estes são elementos do meio ambiente.

No entanto, o espaço ganha outro conteúdo quando atribuímos a ele um sentido - essa definição transborda para o conceito de lugar que na leitura de Cavalcante e Nóbrega (2011, p. 182), pode ser entendido como sendo o “espaço com qual se estabelece relação” – que ganha valor pela vivência e pelos sentimentos”. O espaço no qual fazemos referência se veste então de uma complexidade para justificar a abordagem trazida para o contexto da paisagem do Parque Ecológico Olhos d’Água.

O lugar aqui referenciado é o parque imbuído pelo sentimento – é a singularidade das afeições individuais ordenadas pelas prioridades manifestadas pelos valores pessoais. Para Tuan (1983, p. 6) “o que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor”.

Tuan (1985, p. 224) descreve que o “sentido de lugar é uma qualidade do equilíbrio, do conhecimento entre sentir-se enraizado no lugar - que é

inconsciente, e sentir-se estranho, que está associado à consciência exagerada”.

Cavalcante e Nóbrega ao focar a descrição de lugar o fazem evidenciando que:

O lugar propicia e materializa, simultaneamente, uma noção de continuidade e de divisão temporal; sintetiza nosso passado, presente e futuro, pois ao mesmo tempo em que é memória, aglutina vivências e apresenta possibilidades – ele é uma totalidade existencial. (CAVALCANTE E NÓBREGA, 2011, p. 188)

Kuhnem (2011, p. 255) ressalta que compreender como uma pessoa representa internamente a organização do espaço é tão importante quanto necessário para o entendimento de como os significados e valores determinam interferência na relação das pessoas com o ambiente. Ainda segundo a autora os “significados atribuídos pelas pessoas ao seu ambiente nos permitem compreender seus comportamentos no tocante ao entorno em que vivem” e que de certa forma se relaciona com os valores atribuídos à paisagem.

Pinheiro e Elali (2011, p.) descrevem que nós somos “seres espaciais” – usamos o espaço para nos relacionarmos uns com os outros e também estabelecermos relações específicas com o ambiente – de forma consciente ou não nossas inter-relações no espaço refletem, entre outras, a “natureza da interação social”.

Para Mourão e Cavalcante (2011, p.212) os lugares por nós eleitos apresentam função primária “gerar um senso de pertencimento e conexão” – tornando-se espaços apropriados, ou seja, “lugares que nos abrigam” e que se apresentam dotados de valor afetivo, pois o que subjaz a apropriação do espaço é o valor e o sentido que atribuímos ao lugar.

Assim, adiante no contexto iremos abordar a configuração dos Parques Urbanos, pois o entendimento sobre a criação dessas áreas possibilita compreender a atual fase de valorização desses sítios e a configuração

adotada para o Distrito Federal. Além disso, a descrição sobre o Parque Ecológico Olhos d'Água traz o elemento central que traduz a existência desse estudo e revela a constituição de seus elementos históricos e as relações de interesses por vezes conflitantes.

## CAPÍTULO 2 - PARQUES URBANOS E O DISTRITO FEDERAL

---

### 2.1 Parques Urbanos

Em áreas urbanas as retas delineiam os espaços de uma cidade, aqui e ali – a configuração do traço vai moldando a paisagem – instalando ao mesmo tempo espaços vazios e lugares significados. A geografia das cidades revela a visão do homem sobre o espaço. Nesse sentido, a concepção da cidade que queremos representa, entre outros aspectos, parte de nossos valores e o modo de vida da população.

Nessa seção apresentamos o surgimento dos parques urbanos levando em consideração o processo de transformação ocorrido com o passar dos anos, sob a perspectiva do conceito e da referência desses lugares.

Na linha do tempo, os parques foram se tornando elementos do planejamento de uma cidade. Porém, o seu significado pode por vezes atender a diferentes leituras. Isto se vale porque o próprio entendimento sobre o que é um parque evoluiu com o passar dos anos e essa evolução, representada na forma de lidar com essas áreas, vem acompanhada das mudanças urbanísticas das cidades tornando os parques, segundo Kliass (2010, p.7) “um testemunho importante dos valores sociais e culturais das populações urbanas.”

Ao introduzir a questão dos parques no cotidiano urbano, Macedo e Sakata (2010) o fazem de forma a caracterizá-lo como um elemento típico da cidade moderna e em constante processo de recodificação. Além disso, podemos enfatizar que a diversidade das funções atribuídas aos parques, os tornam objetos de atendimento das necessidades da vida moderna. Para entendimento dessa relação, no contexto dessa pesquisa evidenciamos aqui o parque como elemento constituinte da paisagem urbana.

No contexto histórico e no encontro com a literatura sobre parques observamos na origem do conceito deste elemento, a materialidade da forma, na figura inspiradora dos jardins, que se revelam ainda no século XVI em razão de seu valor estético, pelo simbolismo e pela exuberância do Barroco e ademais, pela concepção da dominação do humano sobre a natureza.

Nesse período, o desenho dos jardins – elementos precursores dos parques, expressa o pensamento racional da época – na compreensão de Terra citado por Ferreira (2005, p.22) “as plantas tratadas como figuras geométricas representam a afirmação desse ideal no espelho de uma tendência matemática”.

No século XVII, a influência de intelectuais e artistas em prol da natureza exerce uma nova representação para os jardins, em especial os jardins ingleses, que passam a reproduzir a paisagem natural e singularizar uma nova concepção destes espaços (TERRA, 2004).

Para Terra (2004 apud Ferreira, 2005, p.22) “o jardim inglês com seus elementos sinuosos, seu romantismo, sua nova estrutura, seus componentes engraçados e loucos cria, com árvores plantadas pelo homem, um ambiente com aspecto de natural”; uma intencionalidade que buscava compor uma paisagem que pudesse “despertar reflexões da alma.” (SANTUCCI, 2003, p. 25).

De acordo com Ferreira (2005, p.22) os jardins do século XVII seguiram a tendência de ser um autêntico “parque natural”. O encontro com a referência que buscamos aparece de forma pouco expressiva ainda neste século e substancialmente atrelada ao conceito de jardim.

Contudo, a menção que queremos manifestar está mais adiante no tempo, no século XVIII, pois é neste contexto que os jardins passam a ser considerados espaços ajardinados destinados ao uso público – refletindo o

início das características do que mais adiante se revelaria no conceito de parque.

É neste século que os parques se consolidam em contraponto a um contexto histórico que se transformou em razão da Revolução Industrial, da urbanização crescente das cidades e da destruição das florestas. Estes fatores contribuíram para consolidar uma nova forma de conceber o uso dos espaços, em especial os de uso público, de caráter coletivo.

No contexto do século XVIII evidenciamos a ruptura da idealização destes jardins, que embora continuassem a existir passam a dar margem para outra construção – os parques públicos. De caráter coletivo, esses lugares passam a fazer parte do cotidiano das cidades com o propósito de garantir benefícios atrelados à saúde. (SANTUCCI, 2003, p.12).

Ainda segundo a autora, o processo de urbanização impulsionou uma nova forma de reconhecer a “necessidade de criação de espaços livres públicos como locais de lazer para encontro de grupos sociais, de interações nas atividades humanas, além da procura de um contato com o ambiente mais natural”. (SANTUCCI, 2003, p.12).

Esta iniciativa associa-se aos interesses dos médicos higienistas do século XIX, que ainda segundo Santucci (2003, p.25), “defendiam a criação de espaços ajardinados nas cidades a fim de promover um modo de vida saudável, comparando os parques aos pulmões, necessários para revigorar a atmosfera”.

Desse modo, as reivindicações promovidas pelos Arquitetos da Paisagem – *landscape architects* impulsionaram o delineamento do conceito do sistema de parques e a inserção dessa perspectiva no planejamento urbano. (SANTUCCI, 2003, p. 33).

Da mesma forma, destaca a autora, que os parques incitados por este ideal passam a ser caracterizados como “um espaço livre de grande dimensão, em que predominam elementos naturais e onde as massas edificadas da cidade são visualizadas com uma silhueta de pano de fundo”. (SANTUCCI, 2003, p. 33).

Para Ferreira (2005, p. 24) “os parques do século XIX representavam um “modelo idealizado em bairros burgueses e com finalidade de exibição social.” Estes espaços, ainda segundo o autor, traziam na sua essência o “ideal paisagístico”.

Embora o fato mereça destaque o que podemos considerar para bem dessas áreas é que “desde o surgimento dos parques nas cidades, estes tem assumido diferentes configurações e significados”. Na realidade brasileira podemos considerar a intenção de criação dos parques inspirados nos moldes europeus, porém com um panorama ambiental e social avesso aquele mesmo momento.

## 2.2 PARQUES URBANOS NO BRASIL

*Nossos conceitos não esgotam o mundo, não abarcam nunca a totalidade do real. (Isabel Carvalho, 2005, p. 33).*

Peres e Barbosa (2011, p.201) referem-se aos parques urbanos no contexto daquilo que eles proporcionam como sendo “a apropriação mais completa de uma paisagem que se oferece alcançar pela fruição direta e plena, que inspira a ideia para além da simples visão”. Para os autores os parques são a “própria paisagem com ideia de mundo, um espaço de acolhimento do Homem na sua condição singular e individual”.

Segundo Macedo e Sakata (2010) o parque urbano brasileiro, diferentemente da concepção adotada pelo seu “congênere europeu”, não está vinculado ao atendimento das necessidades das massas urbanas, nem tão pouco ao processo de industrialização, da então metrópole do século XIX. Para os autores:

O Brasil do século passado não possuía uma rede urbana expressiva, e nenhuma cidade, inclusive a capital, o Rio de Janeiro tinha o porte de qualquer cidade grande cidade europeia da época. O parque é criado, então como uma figura complementar aos cenários das elites emergentes, que controlavam a nova nação em formação e que procuravam construir uma figuração urbana compatível com a de seus interlocutores internacionais, especialmente ingleses e franceses. (MACEDO E SAKATA, 2010, p.16).

Nos elementos figurativos, influenciados pela geometria romântica e estética dos paisagistas europeus encontramos os registros da organização destes espaços, mais fortemente representados a partir de 1808, com a vinda da família real para o Brasil. Porém, ainda em 1783 é inaugurado o primeiro parque público, na cidade do Rio de Janeiro: o Passeio Público. Posterior a ele encontram-se os registros do Campo de Santana e o Jardim Botânico, ademais há em outros Estados, a exemplo de Recife, a concepção de um Parque

Público criado nos moldes europeus, pelo entusiasmo do Conde Maurício de Nassau.

No entanto, os parques eram elementos paisagísticos para poucos à época. A beleza cênica distribuída às margens dos rios, praias tornavam estes espaços pouco atrativos. Ainda segundo Macedo e Sakata:

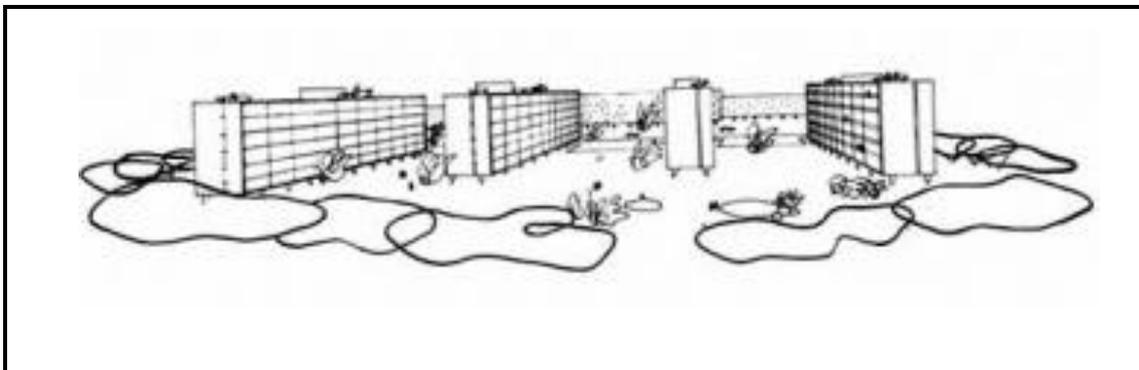
As cidades brasileiras, durante todo o século XIX e mesmo no século XX, em especial na primeira metade; expandiram-se de um modo não contínuo sempre dotado de vazios urbanos, sendo o parque considerado equipamento desnecessário para o lazer mediato e cotidiano da população. O país rico em recursos naturais de porte (águas, matas, praias) ofereceu por todos esses anos incontáveis possibilidades de espaços para lazer (MACEDO E SACATA, 2010, p. 24).

Entretanto, os vazios urbanos presentes nas cidades foram com o passar dos anos desaparecendo e ao mesmo tempo dando lugar para avenidas largas, shoppings, comércios por toda parte, enfim - uma paisagem urbana preenchida pelo desejo da modernidade. Os quintais e pomares no fundo das casas são para alguns, apenas reminiscências da infância.

Em Brasília, não muito distante de todas as mudanças ocorridas no restante do país, temos a fotografia dos parques desenhada na concepção original, pelos traços do urbanista Lúcio Costa, que ao idealizar as superquadras, como ilustra a Figura 2, trouxe como referência a proposta do Parque Guinle, no Rio de Janeiro entre 1948-1954. (ZAPATEL, 2009).

Fundada sob uma estrutura de solo público em quadras que conformam o eixo rodoviário residencial, a concepção da Superquadra considera tanto a exigência de uma relação imediata com o espaço aberto, como a densificação da habitação coletiva em blocos habitacionais. Equilíbrio entre alta densidade e áreas verdes, com a introdução de bem-feitorias públicas – serviços e equipamentos comunitários – foram critérios de planejamento habitacional previstos para o suporte a novas formas de sociabilidade, decorrentes dos modos de vida, contemporâneos ao desenvolvimento econômico e social do Brasil entre as décadas de 50 e 60.

**Figura 2** - Perspectiva de Superquadras, croquis de Lucio Costa



Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal, CITADO POR ZAPATEL, 2009. Disponível em: <[http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/entrevista/.](http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/entrevista/)> Acesso, maio de 2011.

Na atualidade, os parques, embora considerados como espaços livres, são classificados em razão de sua natureza e se diferenciam dos jardins e das praças por sua função e tamanho de área. Segundo Silvio Macedo e Francine Sakata, os parques urbanos podem ser considerados como:

Espaço de uso público destinado à recreação de massa, qualquer seja o seu tipo, capaz de incorporar intenções de conservação e cuja estrutura morfológica é auto-suficiente, isto é, não é diretamente influenciada em sua configuração por nenhuma estrutura construída em seu entorno. (MACEDO E SAKATA, 2003, p.14)

Bargos e Matias (2011, p. 176) classificam os parques urbanos como áreas verdes, maiores que as praças e jardins, com função ecológica, estética e de lazer. Porém, esta compreensão é ampliada quando admitimos na razão desta categoria, outras funções que possibilitam enxergar os diferentes papéis de um parque, incluindo neste aspecto as funções de natureza social, educacional e psicológica.

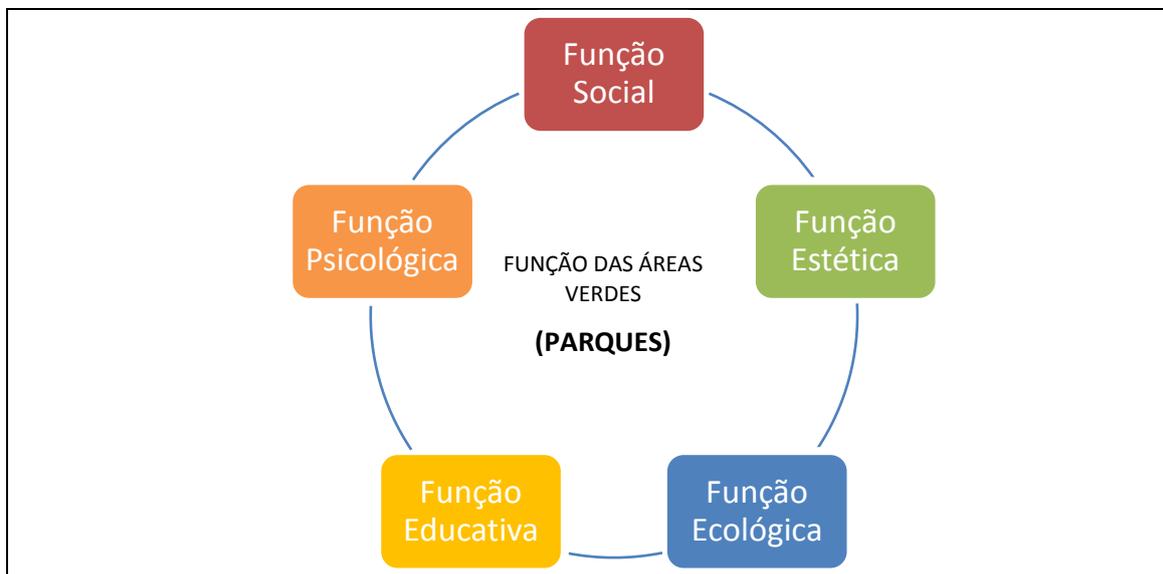
Assim, ao destacarmos as diferentes leituras sobre parques, em especial os urbanos, constatamos que não há uma fala comum que pluralize um

conceito ou uma função ideal para estas áreas, pois apesar de uma legislação federal específica sobre o tema, o que observamos são diferentes modalidades de parques que se enquadram em razão de sua vocação, no contexto do planejamento das cidades e das normas estaduais e do Distrito Federal.

Em razão desse fato é comum encontrar parques urbanos classificados como unidades de conservação ou simplesmente parques, como elementos verdes constituintes dos projetos urbanísticos das cidades. Como é o caso específico do Parque Ecológico Olhos d'Água que até bem pouco tempo era considerado com um Parque de Uso Múltiplo.

De tal modo, no âmbito do conceito Parque, ao unir expressões que referenciam a funcionalidades destas áreas, destacamos os estudos de Vieira (2004); Bargas e Matias (2011) que ao incluírem os parques como áreas verdes das cidades, os conectam sobre o prisma de uma perspectiva alicerçada em funções inter-relacionadas no ambiente urbano, podendo ou não, serem estas áreas classificados como unidades de conservação.

Assim, adotaremos para este contexto, o conjunto da função de parque urbano, a partir da proposta conceitual de Vieira (2004); Bargas e Matias (2011), representado por meio da Figura 3. Entretanto, ampliado na definição de seu conceito, com o complemento da obra de outros autores, numa perspectiva de alicerçar, inclusive a leitura sobre a função destas áreas no contexto urbano.

**Figura 3.** Função das Áreas Verdes

Fonte: Bargos, 2010, p.180; modificado a partir de Veira, 2004.

Na forma acima, as funções destacadas enredam um conjunto de dimensões que se integram por um interesse comum – ampliar a perspectiva conceitual de área verde urbana vinculada aos aspectos meramente preservacionista e observá-la sob a configuração do planejamento urbano, integrado com uma nova demanda social e por uma atual realidade ambiental.

Dessa forma, os aspectos apresentados caracterizam-se segundo os autores pelas seguintes funções: social, estética, ecológica, educativa e psicológica. Porém, ao analisá-las percebemos que as características abordadas possibilitam expressar um sentido ainda maior – que transborda a essência já definida e conflui para abordagens complementares.

De tal modo, ao descrever a função educativa percebemos que embora reluzentes aos interesses desta pesquisa, podemos conciliar alguns aspectos

destacados nas funções das áreas verdes e complementá-las sob a leitura de outros autores.

Assim, o fizemos no intuito de expandir a função destas áreas para conceber um conjunto de atribuições que se alicerçam na perspectiva da complexidade e da formação de sujeitos ecológicos.

- a) **Função social:** possibilidade de lazer que essas áreas oferecem à população.
- b) **Função estética:** diversificação da paisagem construída e embelezamento da cidade. Relacionado a esse aspecto, deve ser ressaltada a importância da vegetação.

Ao descrever esta função, o autor aborda, de um modo geral, os aspectos relacionados à necessidade de beleza que embora pertinente, poderá ser também, relacionada à perspectiva de Morin (2005, p.132) que concebe a estética a partir da definição original do termo *aisthètikos*, de *aisthanesthai* “sentir”. Trata-se, portanto de adotar uma função estética de paisagem como beleza, mas também como “emoção, admiração, e no paroxismo, de sublime”, o que de forma intrínseca se relaciona com a perspectiva da leitura da paisagem de Santos e dos sentidos atribuídos ao Parque.

- c) **Função ecológica:** provimento de melhorias no clima da cidade e na qualidade do ar, água e solo, resultando no bem-estar dos habitantes, devido à presença da vegetação, do solo não impermeabilizado e de uma fauna mais diversificada nessas áreas.
- d) **Função psicológica:** possibilidade de realização de exercícios, de lazer e de recreação. Ampliada pela concepção de Carvalho (2008, p.184) podemos mostrar que o “sujeito humano tem grande parte de suas motivações para ação, formadas com base em experiências, afetos e

emoções que não se esgotam no plano da racionalidade e da consciência”.

- e) **Função educativa:** possibilita oferecer por tais espaços como ambiente para o desenvolvimento de atividades educativas, extraclasse e de programas de educação ambiental.

Para complementar a referência para este estudo, associamos a esta característica, a leitura da função educativa, que segundo Isabel Carvalho a descreve como “uma aventura pela qual o sujeito e os sentidos do mundo vivido estão se constituindo mutuamente na dialética da compreensão/interpretação.” (CARVALHO, 2008, p.83).

O conteúdo da função educativa introduz no contexto deste referencial teórico o aspecto da educação ambiental, tema inerente aos parques urbanos quando tratamos de lidar com o potencial desses lugares na perspectiva dos valores pessoais e do comportamento ecológico de seus usuários.

Com isso, a Educação Ambiental aponta como forma de mediar a relação entre uma paisagem e um sujeito-intérprete que desnuda esta fotografia e a torna significativa e valorada. De um sujeito, nas palavras de Carvalho (2008, p.83), que se despe diante de um “mundo-texto e mergulha na polissemia e na aventura de produzir sentidos, dentro do seu horizonte histórico”.

Assim sendo, a Educação Ambiental que referenciamos vem destacada na forma de pensar as relações entre a sociedade e o ambiente - cuja compreensão é segundo Isabel Carvalho:

Auxiliar em uma compreensão do ambiente como conjunto de práticas sociais permeados por contradições, por problemas e conflitos que tecem a intrincada rede de relações entre modos de vida humanos e suas formas peculiares de interagir com os elementos físico-naturais de seu entorno e significá-los e manejá-los. (CARVALHO 2008, p.163).

Nesse sentido, a referência de Isabel Carvalho (2008) que subsidia este encontro na literatura evidencia a perspectiva de uma Educação Ambiental que contribui para motivar relações com a natureza e enfatizar a relação de co-pertença – sobretudo quando se compromete com a formação de sujeitos ecológicos.

Na perspectiva da autora, os sujeitos ecológicos evidenciam um ideal de ser que condensa “não um modo individual, mas, a possibilidade de um mundo transformado” (ibid.,p.69) compatível com princípios éticos, com valores e comportamentos ecológicos. De forma conceitual, o sujeito ecológico designa “um ideal ecológico, uma utopia pessoal e social norteadora das decisões e estilos de vida dos que adotam, em alguma medida, uma orientação ecológica em suas vidas.” (CARVALHO, 2007, p. 31).

Adiante, descreveremos o Parque Olhos d'Água, a configuração de seu histórico e as características que norteiam o problema desta pesquisa.

### **2.3 O contexto dos Parques no Distrito Federal**

A política de criação de parques constitui competência do poder público amparado no art. 225 da Constituição Federal e na Política Nacional de Meio Ambiente, quando da incumbência dos incisos I, II e III que regulam além da preservação e restauração dos processos ecológicos, a definição, em todas as unidades da federação, de espaços a serem protegidos.

Para Leal e Ganem (2002) a política de implantação de parques no Distrito Federal é considerada recente e com elevação do número de áreas marcado especialmente, na década de 1990. Para os autores os parques foram criados de forma desordenada e sem estudos prévios que garantissem a adequação da implantação. No entanto, com a instituição da Lei Complementar nº 265, de 1999, que dispõe sobre a criação de parques ecológicos e de uso múltiplo, foram definidos os critérios para classificação desses elementos urbanos, no Distrito Federal.

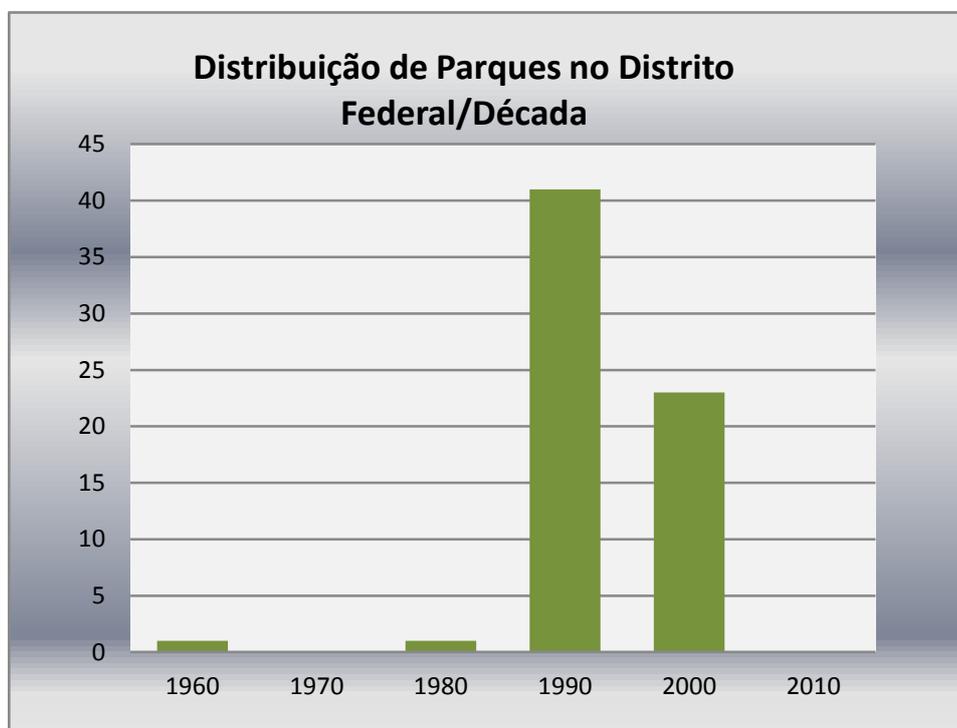
Ainda que o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, instituído pela Lei nº9.985, de 2000, tenha atribuído categorias específicas para os parques, estas unidades no âmbito do DF apresentavam um caráter distinto das demais unidades da federação.

Porém, com a publicação da Lei Complementar nº827, de 23 de julho de 2010 que regulamenta o art. 279, I, III, IV, XIV, XVI, XIX, XXI, XXII, e o art. 281 da Lei Orgânica do Distrito Federal, instituindo o Sistema Distrital de Unidades de Conservação da Natureza – SDUC, os parques passaram a integrar as unidades proteção na categoria de uso sustentável. O objetivo é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais. Dessa forma, integram o grupo dessas unidades as seguintes categorias:

- I – Área de Proteção Ambiental;
- II – Área de Relevante Interesse Ecológico;
- III – Floresta Distrital;
- IV – Parque Ecológico;
- V – Reserva de Fauna;
- VI – Reserva Particular do Patrimônio Natural.

Atualmente, somam-se no Distrito Federal 68 parques, criados por meio de Decretos Legislativos. Este valor sofreu um incremento na última década se comparado aos estudos de Braga e Pires publicado em 2002; Leal e Ganen (2002) que apresentavam 44 parques, à época, no Distrito Federal, como demonstra a Figura 4, que descreve o crescimento dessas unidades.

**Figura 4 – Distribuição de Parques no Distrito Federal/Década**



Fonte: Instituto Brasília Ambiental – IBRAM/Brasília, 2008.

Entretanto, ainda que a quantidade dessas áreas caracterize um número expressivo no seu total, pouco desse percentual encontra-se efetivamente protegido. De acordo com Pires e Braga (2002, p. 33) “o Distrito Federal não conseguiu estipular critérios mais firmes na garantia de espaços para a conservação ambiental.”

O demonstrativo da situação ainda perdura no contexto da regularização dessas áreas, especificamente no que concerne a precisão dos dados da poligonal; e ademais, pela não realização de planos de uso, plano diretor e de manejo, além da incompatibilidade quanto à atribuição de suas funções e uso pela população residente nos locais – situação igualmente destacada nos estudos de Ganem e Leal (2002); Braga e Pires (2002).

Os parques apresentados no documento de referência, *Parque por Região Administrativa*, do Instituto Brasília Ambiental, do Governo do Distrito Federal destaca sessenta e oito parques no DF. No entanto, dentre eles apenas seis possuem plano de manejo/plano de uso ou plano diretor.

Por fim, há que se considerar que os Parques no contexto do Distrito Federal evidenciam, por meio de suas circunstâncias e de seus decretos, características próprias que se manifestam de diferentes maneiras e os tornam singulares no âmbito do processo histórico da gestão pública, da declaração de seus objetivos, da delimitação de suas áreas, da relevância ambiental e social e ademais pelo grau de importância e essencialidade que lhe são atribuídos.

No cenário deste mapa de pressupostos necessários à implantação e consolidação de parques destacamos o contexto do Parque Ecológico Olhos d'Água. Primeiro, pela atribuição de ser um parque criado pela intencionalidade de sua vizinhança e pela mobilização do desejo comum – atributo da excepcionalidade quando dispomos a tratar dos parques no DF.

Ademais, esses elementos garantiram não tão somente a eleição deste Parque para objeto de estudo. Eles propiciaram a emergência do problema de

pesquisa que se apresenta nesse contexto a partir da narrativa de uma possível disputa de interesses sobre a salvaguarda de uma área contígua ao Parque Olhos d'Água – manifestação igualmente vivenciada quando do ato de criação desta mesma unidade, ainda em 1994.

Dessa forma, antes mesmo de apresentarmos o problema de pesquisa evidenciaremos o contexto dos elementos que contribuem para esse delineamento.

## **2.4 Parque Ecológico Olhos d'Água**

O Parque Ecológico Olhos d'Água foi instituído pela Lei nº 556, de 1993, publicada no Diário Oficial da União, em 08 de dezembro do mesmo ano e regulamentado por meio do Decreto nº 15.900, publicado em 12 de setembro de 1994, com a denominação de Parque Ecológico e de Uso Múltiplo Olhos d'Água.

Este elemento da paisagem urbana se constituiu em razão da existência de nascentes que inviabilizavam a construção no local e ademais pelo processo de mobilização social que contribuiu para ressignificar esta área, em uma unidade de conservação.

O Parque está inserido no Plano Piloto de Brasília, como ilustra a Figura 5 e compreende a área das entrequadras 413/414 e SCLN 414/415. As coordenadas, no entanto, foram definidas no Decreto de criação e ampliadas, em março de 2012, quando da incorporação da área verde contígua ao parque localizada nas entrequadras 213/214 norte.

**Figura 5** – Localização do Parque Ecológico Olhos d'Água



Fonte: <http://sosparqueolhosdagua.blogspot.com.br/>. Acesso: dezembro de 2012.

Este marco no processo de ampliação do Parque possibilitou também a recategorização da unidade, que anteriormente era caracterizado como sendo: um parque ecológico e de uso múltiplo, passando atualmente, a ser classificado somente como Ecológico – o que lhe permite a função, de acordo o Sistema Distrital de Unidades de Conservação, Lei Complementar nº827, de 2010, de:

**Art. 18.** Conservar amostras dos ecossistemas naturais, da vegetação exótica e paisagens de grande beleza cênica; propiciar a recuperação dos recursos hídricos, edáficos e genéticos; recuperar áreas degradadas, promovendo sua revegetação com espécies nativas; incentivar atividades de pesquisa e monitoramento ambiental e estimular a educação ambiental e as atividades de lazer e recreação em contato harmônico com a natureza.

Com a nova regulamentação passam a ser objetivos do Parque:

I – conservar amostras dos ecossistemas naturais, da vegetação exótica e paisagens de grande beleza cênica;

II – propiciar a recuperação dos recursos hídricos, edáficos e genéticos;

III – recuperar áreas degradadas, promovendo sua revegetação com espécies nativas;

IV – incentivar atividades de pesquisa e monitoramento ambiental;

V – estimular a educação ambiental e as atividades de lazer e recreação em contato harmônico com a natureza.

Atualmente, o Parque Ecológico Olhos d'Água conta com uma área de 29 hectares. O acréscimo possibilitou o aumento de 30% da área verde existente e a delimitação de uma zona de amortecimento de 200 metros em projeção horizontal a partir do perímetro do Parque, a qual possibilitará minimizar os impactos negativos sobre a unidade e ademais normatizar a instalação de novos projetos, no que concerne especial atenção a: i) condução das águas drenadas do subsolo para corpo hídrico natural mais próximo, mediante canalizações subterrâneas; e a ii) utilização de tecnologias que permitam a permeabilidade das águas pluviais, visando à recarga do aquífero quando de iniciativas de projetos de pavimentação, conforme descreve o Art. 3º § I,II do Decreto 33.588/2012.

As novas atribuições que lhes foram conferidas, se comparadas ao Decreto nº15.900, de 1994, ampliam a compreensão da essência de um parque urbano e estabelecem uma releitura dos processos necessários à manutenção desta unidade de conservação, a partir do incentivo às pesquisas, do estímulo à educação ambiental e à recuperação de áreas degradadas, com espécies nativas do Cerrado – ou seja, uma recategorização alicerçada

também em novas perspectivas de sustentabilidade e convergente com a Política Nacional para Unidades de Conservação instituída no País.

Quanto às características da vegetação do Parque, observa-se a descrição de Cerrado *stricto sensu*, além de alguns trechos de mata de galeria. As espécies mais expressivas descritas no levantamento publicado pelo Instituto Brasília Ambiental (Ibram, 2007) referem-se ao registro de algumas espécies mais expressivas, como pau-jacaré, angico, embaúba, copaíba, barbatimão e faveiro; além de jacarandá, pequi e faveiro e sucupira branca e ipê amarelo.

A fauna destacada no referido documento revela a presença de pequenos mamíferos voadores, roedores e répteis – porém a maior diversidade está representada pela avifauna do local, que descreve exemplares de Fogo-apagou; Tiziu; Saí-andorinha; Suiriri-cinzentos; Ariramba-de-cauda-ruiva e Beija-flor de barriga violeta.

Quanto a Educação Ambiental – não foram descritas atividades continuadas e o documento apresentado pelo Ibram referencia apenas no local - Centro de Visitantes, a realização de atividades pontuais desenvolvidas por outras instituições de ensino.

Ademais à descrição dos elementos estruturantes que configuram este Parque destacamos o valor imobiliário da paisagem que transformou o entorno da unidade em objeto de especulação imobiliária, elevando o preço das projeções, por agregar qualidade de vida e bem estar social. Assim, o parque, *locus* desta pesquisa nos conduz a um universo de descobertas, uma unidade absoluta com diferentes compreensões.

## 2.5.Situação Problema:os diferentes olhares sobre Parque

O problema de pesquisa emerge quando tratamos de observar o contexto de um possível conflito de interesses, motivado pela incorporação de uma área localizada na entrequadra 213/214 norte, contígua ao Parque Ecológico Olhos d'Água, que no Decreto de criação não foi anexada à poligonal da unidade e por decorrência desse fato foi posteriormente vendida pela Companhia Imobiliária de Brasília - Terracap para iniciativa particular.

Os entraves desencadearam o processo de mobilização social para garantir à manutenção da área, em contraposição à construção de um empreendimento comercial. Para contextualização do fato, destacamos a seguir elementos de uma narrativa noticiada em jornais locais, redes sociais e audiências públicas.

Na página da internet, por meio de uma petição pública, o abaixo assinado SOS Parque Ecológico Olhos d'Água reveleva a preocupação dos usuários do Parque Olhos D'Água, por meio da seguinte manifestação:

A sociedade do Distrito Federal solicita ao Governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz, no âmbito do Projeto Brasília Cidade Parque (Decreto n. 32. 981, de 10/06/2011), a inclusão das nascentes situadas nas entrequadras SQN 212/213 norte na poligonal do Parque Ecológico Olhos D'Água.

O Parque foi criado em 1994 por reivindicação dos moradores locais e das organizações não governamentais ambientalistas e, por um lamentável equívoco, as nascentes que se encontram à montante não foram incluídas na poligonal. As nascentes e demais áreas de preservação permanente são

expressamente protegidas pelo Código Florestal, (Lei 4.771, de 15/09/1965), art. 2º, “a”, “b” e “c” mas, com a especulação imobiliária crescente no DF boa parte já foi destruída ou poluída.

Apesar dos termos claros da legislação ambiental (Federal e Distrital) a Terracap (Companhia Imobiliária de Brasília) **licitou a área verde onde estão situadas as nascentes e áreas de preservação permanente**. A empresa que adquiriu o terreno pretende **construir um shopping** no local em flagrante violação à legislação ambiental e ao Projeto Urbanístico de Brasília. A empresa já requereu a licença ambiental junto ao Ibram (órgão ambiental) e o mesmo emitiu parecer técnico “contrário ao empreendimento.

Fonte:<<http://www.peticaopublica.com.br/>>. Acesso agosto de 2011.

Notícias vinculadas na mídia, títulos na internet, faixas de apelo para incorporação das nascentes no alambrado do parque – abraço no entorno da área e outras manifestações compuseram o conjunto das ações de ativistas e simpatizantes em prol da preservação da área da entrequadra 213/214 Norte.

Paralelo a este cenário de intenções, laudos e estudos técnicos buscavam informações que confirmassem antes de tudo a presença de nascentes no local e ademais a caracterização da relevância ambiental sob a perspectiva da promoção, proteção e conservação dos recursos naturais da referida área.

Estudos técnicos do Instituto Brasília Ambiental – IBRAM interessados a TERRACAP concluíram que em razão das características ambientais, o lote

não deveria sofrer nenhum tipo de intervenção por se constituir numa área de recarga de aquífero, com contribuição direta para as nascentes do próprio terreno, dentro do Parque e para o Lago Paranoá. No entanto, relatórios da Universidade de Brasília contrariavam tais estudos ao revelarem não haver nascentes de córrego no interior do lote, tornando esta área possível para edificação.

**“Relatório da UnB contraria defensores do Parque Olhos D’Água” - Pesquisa diz não haver nascente de córrego no lote destinado a shopping. Ativista ambiental diz ter três pareceres que mostram o contrário.**

Fonte:<<http://www.g1.globo.com>>. Acesso em agosto de 2011.

A dissonância de opiniões e laudos técnicos acirraram os interesses. De um lado representantes e simpatizantes do movimento ambientalista se comprometiam na mobilização de assinaturas para garantir a atenção do Governo do Distrito Federal e a incorporação da área à poligonal do Parque. Por sua vez, o proprietário do terreno apresentava interesse em manter a construção comercial no local e, além disso, a Universidade de Brasília se nutria no argumento de tentar buscar a compatibilização do patrimônio imobiliário com a proteção ambiental.

A interferência do Ministério Público, a realização de audiências e a participação popular conduziram para definição do processo que viabilizou a incorporação desta área à poligonal do Parque.

Dessa forma, tratamos de apresentar esse contexto porque é a partir do olhar sobre essa situação que evidenciamos outra circunstância atrelada ao conjunto de possíveis interesses relacionados ao Parque.

Assim, convergimos nosso eixo sobre os sentidos e valores dos usuários do Parque – sujeitos não ativistas que se beneficiam indiretamente das ações realizadas por grupos que promovem a mobilização em torno da conservação do Parque Ecológico Olhos d'Água.

Para o alcance dos objetivos propostos e o entendimento da questão de pesquisa adotamos como planejamento dos procedimentos, um estudo de método misto. Dessa forma, apresentamos adiante no texto a metodologia adotada para o desenvolvimento desta pesquisa.

## CAPÍTULO 3 – METODOLOGIA

---

### 3.1 Descrição do Método

O método adotado para realização desta pesquisa fundamenta-se na associação de aspectos quantitativos e qualitativos. Esta abordagem, denominada de método misto ou multimétodos, envolve uma relação de complementariedade e possibilita uma maior compreensão do objeto desta pesquisa.

Segundo Creswell (2010), a pesquisa de métodos mistos pode ser entendida como algo além da mistura das abordagens individuais; segundo o autor:

É mais do que uma simples coleta e análise dos dois tipos de dados; envolve também o uso das duas abordagens em conjunto, de modo que a força geral de um estudo seja maior do que a pesquisa qualitativa ou quantitativa isolada. (CRESWELL, 2010 p.27).

A concepção filosófica desta metodologia baseia-se no problema de pesquisa e no conjunto de abordagens necessárias para compreendê-lo. A eleição desta interseção de multimétodos se faz necessária para tentar abranger os diferentes valores pessoais, o comportamento ecológico e a pluralidade de sentidos que podem ser atribuídos à paisagem ambiental urbana do Parque Ecológico Olhos d'Água.

A adoção de multimétodos para o desenvolvimento deste trabalho se sustenta pela própria natureza da pesquisa, que gera diferentes possibilidades sobre o objeto estudado e assume, ao mesmo tempo, um caráter quantitativo, ao avaliar os valores e o comportamento ecológico dos usuários do Parque Ecológico Olhos d'Água e um caráter exploratório, ao buscar compreender os sentidos atribuídos à mesma paisagem.

A adoção do método quantitativo baseia-se na fundamentação de que um sistema de valor, segundo Rokeach (1981) é uma organização hierárquica em termos de importância. Este fato, segundo o autor, capacita-nos a medir a ordem relativa dos valores por meio de uma escala. Ao mesmo tempo, a adoção do método qualitativo complementa o conceito de valor e atribui sentido à paisagem.

Dessa forma, a opção por multimétodos vai além da associação de abordagens metodológicas individuais e se amplia ao tentar responder aquilo que não se resume num único método. Representa, no âmbito deste contexto, a possibilidade de compreender, por meio de abordagens complementares o conjunto dos objetivos estabelecidos para realização desta pesquisa.

### **3.2 Sujeitos da pesquisa – caracterização da amostra**

Participaram desta pesquisa **137** sujeitos (fase quantitativa) e **3** sujeitos (fase qualitativa), a caracterização dos sujeitos da pesquisa, na fase quantitativa estão representados na Tabela 1.

Para os sujeitos da fase qualitativa foram considerados: o tempo mínimo de 5 (cinco) anos de estabelecimento no local - para os comerciantes do entorno e para a escola foi determinado o critério de proximidade com o Parque e o uso do espaço para realização de atividades pedagógicas.

Para fase qualitativa foram selecionados **três sujeitos**, sendo assim distribuídos: **dois comerciantes** do entorno do parque eleitos em razão do tempo de estabelecimento nas quadras 413 e 214 norte; com tempo mínimo de permanência de 5 (cinco) anos **e um representante da escola do entorno do Parque** – envolvido no mínimo há 5 (cinco) anos nas atividades promovidas pela instituição, no âmbito do Parque.

**Tabela 1** – Caracterização dos sujeitos da pesquisa – fase quantitativa

Variável	Item	N	%
Escolaridade	Pós-graduação	39	28,5
	Nível superior	53	38,7
	Superior incompleto	29	21,2
	Ensino médio	13	9,5
	Ensino fundamental	3	2,2
	Total	137	100,0
Idade	18 – 30	42	30,6
	31 – 40	48	34,9
	41 -50	21	15,5
	51 – 69	19	13,8
	Sem resposta	7	5,2
	Total	137	100,0
Moradia na Quadra	Sim	37	27
	Não	100	73
	Total	137	100,0
Membro de ONG Ambientalista	Sim	2	1,5
	Não	135	98,5
	Total	137	100,0

Os sujeitos foram selecionados em três pontos de visitação:



Gramado para  
meditação/piquenique



Circuito de  
atividades



Parque Infantil

A eleição destes pontos de visitação ocorreu em razão de serem estes, os pontos de parada dos usuários para realização de atividades pós-treino de corrida ou caminhada, e por apresentar maior estrutura física que subsidiasse o preenchimento do questionário.

### 3.3 Estratégia metodológica

A estratégia de investigação adotada está baseada numa matriz de métodos mistos, a qual possibilitou uma coleta de dados por meio de uma abordagem com observação simples, entrevistas qualitativas abertas; e levantamento de dados quantitativos por meio de um *survey*.

A **observa o simples** – Esta estratégia, preliminar   aplicação do *survey* e realização das entrevistas foi estabelecida como elemento necessário para coleta de dados não verbal e fundamentada nos preceitos de Viana (2003, p.40) que a descreve como sendo uma técnica flexível que possibilita ao pesquisador fixar-se em fatores que julgue importantes para o alcance dos objetivos do trabalho e além disso, permite ainda segundo o autor, descobrir características a serem pesquisadas. Assim, esta estratégia foi adotada para

registrar os horários de maior visitação e definir o conjunto de procedimentos para realização da coleta de dados.

Para obter as dimensões do comportamento ecológico foi adotada a **Escala de Comportamento Ecológico (ECE)** validada por Pato (2004) e adaptada para o contexto desta pesquisa. A ECE descreve 34 variáveis, no entanto em razão da dinâmica do ambiente pesquisado optou-se por redimensioná-la para 13 variáveis – considerando para tanto, as cargas fatoriais mais significativas do modelo descrito.

Para a representação dos valores pessoais, a estratégia adotada foi baseada no **Perfil de Valores Pessoais (PQ)** descritos por Schwartz (2005, p.60) em razão de ser um instrumento que segundo o autor, “descreve objetivos, aspirações ou desejos que implicitamente apontam para a importância de um tipo motivacional e propiciam mensurar os dez tipos motivacionais e capturar a estrutura de relações estabelecidas entre eles”.

Para estabelecer o sentido atribuído ao Parque pelos seus usuários foi elaborada uma questão aberta associada ao conjunto das escalas de comportamento ecológico e de valores pessoais.

Para além do *survey* foi definido para a fase qualitativa **entrevistas semi-estruturadas** para associar as informações e ampliar a interpretação dos resultados obtidos no conjunto desta pesquisa, com a visão dos comerciantes do entorno e representante da escola.

A entrevista enquanto abordagem metodológica foi eleita no intuito de apreender além dos valores, elementos que descrevem os sentidos atribuídos ao Parque.

Ademais para Gil (2008, p. 110) as vantagens da utilização das entrevistas no âmbito da pesquisa social referem-se a:

- Possibilidade de obtenção de dados referentes aos mais diversos aspectos da vida social;
- Apresenta-se como uma técnica muito eficiente para obtenção de dados em profundidade acerca do comportamento humano;
- Os dados obtidos são suscetíveis de classificação e de quantificação.

### 3.4 Instrumentos

Para composição dos instrumentos foram adotadas: **i)** caderneta de campo - para registro das observações; **ii)** termo de autorização para concessão de áudio; **iii)** *survey* e **iv)** roteiro de entrevista.

- **FASE QUANTITATIVA: DESCRIÇÃO DO INSTRUMENTO**

O instrumento adotado para a Fase Quantitativa compreende um ***survey*** estruturado pelo conjunto das escalas de valores pessoais e comportamento ecológico, uma pergunta aberta – para atribuição do sentido oferecido ao Parque e pelos dados sociodemográficos.

Para mediar a frequência do comportamento utilizou-se escala tipo Likert de 5 pontos, onde 1 refere-se a “nunca” e 5 refere-se a “sempre”.

O **Perfil de Valores Pessoais** de Schwartz (2005) apresenta desejos que se relacionam com os dez tipos motivacionais de valores individuais. Segundo Schwartz (2005) o PQ21 mede valores indiretamente por meio de julgamento de similaridade, os estímulos nesse instrumento são pessoas, descritas em termos de seus objetivos, aspirações e desejos, ademais as análises com o PQ21 possibilitam segundo o autor, maior clareza na conclusão dos resultados.

A escala adotada é composta por 21 itens os quais apresentam desejos que se relacionam com os dez tipos motivacionais de valores individuais. Nela os participantes da pesquisa usam uma escala tipo Likert de 6 pontos na qual se define: se parece muito comigo; se parece comigo; se parece mais ou menos comigo; se parece pouco comigo; não se parece comigo; não se parece nada comigo.

Ao final do questionário foram incluídas variáveis sociodemográficas dos usuários do Parque – escolaridade; sexo; idade; morador da quadra e ademais uma pergunta sobre ativismo ambiental: a intenção era conhecer se os sujeitos eram ou não membros de organizações ambientalistas.

#### ▪ **FASE QUALITATIVA: ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA**

Segundo Boni & Quaresma (2005, p.74), as entrevistas atendem a finalidades exploratórias, nas quais as perguntas são respondidas dentro de uma conversação informal e o entrevistador neste caso, assume uma postura de ouvinte e “apenas em caso de extrema necessidade, ou para evitar o término precoce da entrevista, pode interromper a fala do informante”.

A estratégia metodológica da entrevista aberta possibilitou compreender a realidade do ambiente apreendido e construído. Segundo Günther (2011) a apreensão da construção das avaliações, impressões e significados sobre uma determinada realidade geofísica, possibilita o estabelecimento de ícones simbólicos impregnados de significação.

Embora as entrevistas não estruturadas apresentem um contexto de conversação (Gil, 2010, p.117) optamos por adotar um roteiro prévio, no sentido de proporcionar estímulos e diálogo entre as categorias, no intuito de atender aos objetivos estabelecidos para esta pesquisa. Assim sendo, foi considerado um roteiro com três perguntas, descritas a seguir:

- Qual a relação do sujeito com o Parque?
- Quais os sentidos atribuídos a esta unidade?
- Quais os seus principais valores?

### 3.5 Procedimentos

Para a realização da pesquisa no interior do Parque foi solicitada autorização junto ao Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal – Ibram. O requerimento apresentado obedeceu aos critérios estabelecidos no protocolo de pesquisa em Unidades de Conservação Distrital que apresentava como pré-requisitos à Declaração, o projeto de pesquisa com descrição da área a ser estudada, justificativa e metodologia a ser adotada.

A pesquisa foi autorizada pelo período de um ano, tempo determinado em razão do cumprimento dos objetivos declarados.

No primeiro momento, durante duas semanas do mês de abril foram realizadas observações na unidade, em horários variados nos períodos da manhã e da tarde, com o objetivo de definir aspectos quanto à frequência dos usuários; distribuição quanto à natureza das atividades realizadas e uso do espaço, bem como a melhor estratégia para aplicação do *survey*. As observações foram registradas no diário de campo para subsidiar a definição do calendário adotado para aplicação dos questionários.

Uma primeira versão – considerada como pré-teste foi levada a campo para avaliar o conjunto da forma adotada para o questionário e estimar o tempo necessário para realização do instrumento. Foram aplicados nessa fase preliminar, 6 questionários.

Em razão das considerações obtidas, e dos comentários quanto a quantidade de páginas do instrumento, o questionário foi redesenhado – o Perfil de Valores (PQ) foi transformado em uma pergunta aberta. Essa opção é também adotada como forma de hierarquização dos valores pessoais e

ademais alicerçada na Teoria de Valores de Schwartz (2005). Ademais, a ordem estabelecida foi mantida.

Os questionários foram auto-administrados; aplicados nos meses de abril, maio, junho, julho e agosto. A suficiência amostral foi determinada em razão da Escala de Comportamento Ecológico (ECE) e totalizou 137 questionários. Os participantes não foram identificados.

As entrevistas foram realizadas concomitantes à aplicação dos questionários, agendadas previamente e realizadas mediante termo de autorização e concessão de áudio. No período de agosto a outubro foram realizadas as três entrevistas, sendo duas com comerciantes do entorno e uma com o representante da escola do entorno do Parque.

As entrevistas com os comerciantes foram realizadas no próprio estabelecimento, em horário determinado pelo entrevistado e marcada com antecedência de forma a não interromper as atividades comerciais existentes nos locais. A escolha dos comerciantes foi determinada em razão do tempo mínimo de estabelecimento no local, 5 anos.

A entrevista com o representante da escola foi agendada previamente e somente pode acontecer mediante termo de autorização que avaliou o teor da proposta de pesquisa e emitiu parecer favorável a realização da entrevista. Em razão de tais procedimentos o agendamento demandou mais tempo e organização para execução desta tarefa.

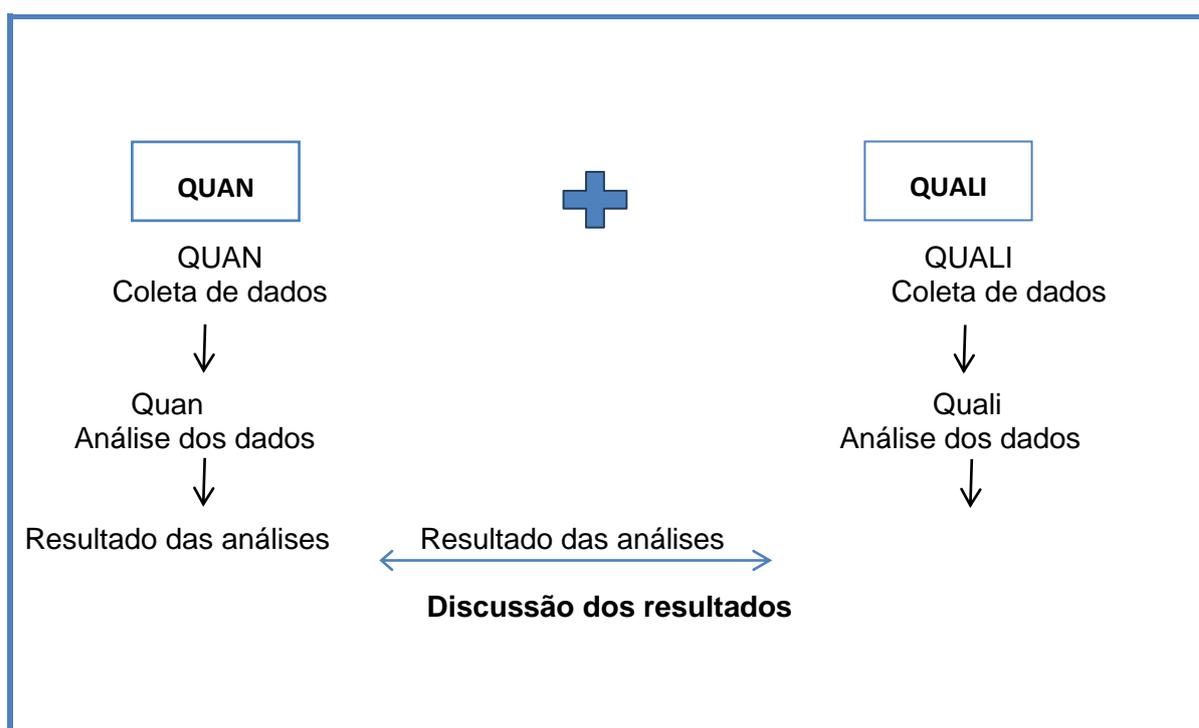
As entrevistas seguiram um roteiro prévio para exploração dos temas que guardava relação comum a todos os demais entrevistados e se destinavam a exploração da relação do usuário com o parque; da eleição dos valores e atribuição de sentidos.

A opção pela estrutura da entrevista semi-estruturada se fez por recomendação da literatura e em razão da necessidade de identificação de aspectos comuns entre os entrevistados.

Para Gil (2010, p.112) esta “preferência por um desenvolvimento mais flexível de entrevista pode ser determinada pelas atitudes culturais dos respondentes ou pela própria natureza do tema investigado”. No caso desse estudo foi considerado a natureza da pesquisa.

Os dados obtidos em toda esta fase de coleta de dados constituem elementos para análise, descritos em duas etapas: uma destinada ao conteúdo qualitativo e outra transportada para o sistema de análise estatística – *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS); conforme destaca a Figura 6, que descreve as etapas que constituem o método adotado para esta pesquisa.

**Figura 6 - Matriz de Método Misto.**



Fonte: Adaptada de Creswell e colaboradores (2003).

### 3.6 Análises de Dados

#### FASE QUANTITATIVA

Os dados da fase quantitativa foram analisados a partir do software *Statistical Package for Social Sciendes*, versão 20. Os dados foram registrados numa matriz que correspondia à mesma ordem estabelecida nas variáveis aplicadas no *survey*.

Para a investigação da dimensionalidade do comportamento ecológico na realidade estudada foi realizada uma análise fatorial exploratória, utilizando-se o método *principal fator extraction* (PAF) sobre as 13 variáveis da ECE utilizada nesse estudo.

Algumas variáveis que descreviam comportamentos antiecológicos foram recodificadas para que a escala ficasse com todos os itens na mesma direção. Assim, os valores numéricos mais altos indicavam sempre comportamentos pró-ecológicos. A extração dos componentes principais (PC) foi usada antes da extração dos fatores (PAF), para estimar o número de fatores, a presença de casos extremos, os valores ausentes, a ausência de multicolinearidade, bem como a fatorabilidade das matrizes de correlação (Tabachnick & Fidell, 2001). Os índices foram satisfatórios e de acordo com os pressupostos para as análises multivariadas.

Os valores ausentes foram inferiores a 5% e foram substituídos pela média em cada variável. O menor *eigenvalue* foi 0,223 – não perigosamente perto de zero, o índice KMO – *Kaiser-Meyer-Olkin*, para a escala, foi de 0,77 e o teste de esfericidade de Bartlett teve significância de  $p = 0,000$  ( $X^2 = 571,438$ ;  $gl = 78$ ), indicando que a amostra foi satisfatória e adequada ao presente estudo.

Análises de correlação bivariada foram realizadas entre as variáveis sociodemográficas e o fator de comportamento ecológico para investigar as relações existentes entre essas variáveis.

## **FASE QUALITATIVA**

Após a coleta de dados nas duas fases: quantitativa e qualitativa foram realizadas as análises e interpretações. Estes dois processos de acordo com Gil (2010, p.156) “apesar de conceitualmente distintos, aparecem estritamente relacionados”. As análises de ambas as fases possibilitaram organizar e resumir os dados, no intuito de obter as respostas que buscávamos para compreender as indagações do problema dessa pesquisa.

### **▪ Das entrevistas**

Embora as entrevistas obedeçam a um conjunto de ações necessárias ao alcance dos objetivos descritos nesta pesquisa, elas se consubstanciam na sensibilidade para escutar.

Assim, as análises das entrevistas tomam forma a partir do momento do encontro com o entrevistado, embora não propriamente no contexto do “tempo de análise”; mas a partir da escuta sensível que segundo Cerqueira e Souza (2011, p.17) nos permitem “ir além da limitação daquilo que é falado”. Essa percepção se exige para compreender as singularidades do momento e compartilhar mais adiante as similaridades das entrevistas realizadas.

Nesse sentido, as entrevistas foram analisadas levando-se em consideração aspectos inerentes a essa construção e se baseiam na tentativa de compreender o sujeito e a complexidade de elementos implícitos na fala e que margeiam um contexto de vivências e histórias, construídas ao longo dos anos e expressas nos valores e sentidos atribuídos a essa paisagem.

Para as entrevistas foi empreendido um movimento de “ouvir-ver-sentir”, essa triangulação permitiu no ato da transcrição, compreender as sensibilidades expressas nas falas dos sujeitos que de certa forma converge com a leitura apresentada nos resultados desta pesquisa.

Diante da transcrição das falas foi realizada uma **leitura flutuante** que procedeu para a **adoção das unidades de contexto**. Para Franco (2007, p.46) tais unidades podem ser consideradas como sendo um “pano de fundo que imprime significado às unidades de análise”. Ainda segundo a autora, embora estas unidades sejam a parte mais ampla do conteúdo a serem analisadas, elas são unidades indispensáveis à interpretação dos textos que serão decodificados (ibid, p.47).

Segue no conjunto das análises, a definição das categorias. Nesta etapa foram definidos os elementos que constituíram o eixo central das entrevistas/tema. Desse modo foram considerados como critérios para categorização, o emparelhamento de sinônimos que expressavam o sentido atribuído ao parque.

Para classificação dos valores pessoais também foi adotada a categorização das respostas. No entanto, as categorias encontradas foram correlacionadas aos tipos motivacionais expressos na Teoria de Valores de Schwartz. Ademais, os valores encontrados permitiram analisar o padrão das relações teóricas de conflito e congruência entre os tipos motivacionais descritos.

Dessa forma, as relações foram se constituindo também no instante das análises da etapa quantitativa. As conexões se estabeleceram de forma concomitante em todo o processo de pesquisa, porém a evidência que comunica a eleição do multimétodos é mais fortemente apresentada quando a partir das análises emergem a reorganização das categorias encontradas e a convergência dos dados obtidos para uma matriz interpretativa.

## FALA DOS SUJEITOS

A seguir serão apresentadas as falas dos sujeitos que evidenciam as categorias de sentido e obedecem as três perguntas norteadoras declaradas no roteiro de entrevista. Posteriormente, os dados serão analisados e interpretados.

Perguntas norteadoras: 1) qual a sua relação com o Parque? 2) Quais os sentidos que você atribui ao Parque? 3) Quais são os seus principais valores?

### Na expressão dos sujeitos, a relação estabelecida com o parque é...

**S1** – O Parque Olhos d'Água pra mim **faz parte da minha vida** [...] Durante dez anos, né? Dez anos, dez anos ou mais. Eu pude acompanhar desde a plantação das primeiras árvores, da primeira trilha, entendeu? Porque quando eu cheguei aqui não existia nem cerca no parque.

**S2** – Com o parque aí, a gente tem o **verde**, segundo que é um ponto de **lazer** onde a gente pode fazer uma **caminhada**, até mesmo ir a uma **academia**, tem uma academia comunitária aí, ao ar livre pra todo mundo. Então dá uma sensação de **liberdade** ir ao parque, eu gosto.

**S3** – É uma relação de **conhecimento**, de conhecimento pra poder desenvolver o sentido de preservação e a partir desse caminhar desenvolver o princípio do valor que é você lutar, você conhecer para você poder preservar.

Então assim a relação minha com o parque é essa **é vida que tem ali**. E aquela vida ela tem que ter uma resposta, ela precisa de gente **interagindo** pra que ela consiga se manter como vida – é presente, é futuro, é horizonte, é tudo pra mim. Então eu não consigo ver uma escola que tá no fundo daquele espaço cheio de vida sem fazer uma intervenção, sem manter uma interação com ele.

---

### Os sentidos atribuídos ao Parque...

**S1** - Um **núcleo de energia positiva**. Morar perto do parque; morar numa área nobre, não é barato, manter o comércio não é fácil. E olha pra você vê: um valor tão grande que esse parque tem, que essas coisas tem e nem é caro,

né? A natureza é maravilhosa, sabe?! É mágica e é de graça; o cara lá de cima não cobra nada!

**S2** - O parque pra mim é bastante significativo, é um **verde** que no meu ponto de vista a gente nunca vai perder ele. Ele está consolidado, é nosso, é das próximas gerações futuras. O parque no dia de hoje eu diria que é uma **conquista incalculável**, a gente tem um parque eu creio que para sempre.

**S3** - O parque pra mim é **futuro**, sempre. É futuro hoje, é futuro amanhã, é futuro daqui a dez anos, porque o parque ele é **vida**. Ali é vida, e tem muita vida ali dentro então a vida ela está sempre num processo de expansão né? E de desabrochar o tempo todo, então pra mim o parque é vida.

[...] **aquele local ali me pertence, eu também faço parte daquilo lá,**

[...] eu me envolvo com tudo, então **eu quero preservar** e não é só a árvore – eu quero preservar o parque, porque ali reina uma variedade de componentes do ecossistema que fazem parte da minha vida e que são importantes pra minha vida também, **pra me equilibrar enquanto pessoa.**

---

### Os principais valores são...

O conjunto das respostas sobre quais são seus principais valores foram analisados a partir da eleição dos valores pessoais hierarquizados na fala dos sujeitos e categorizados no intuito de permitir as inferências a partir da Teoria de Valores Humanos Básicos, descrita por Schwartz (2005).

**S1** - [...] daqui nada se leva, se usufrui, se aprende, se deixa.

Ter **humildade** pra aprender com as coisas que a vida oferece o tempo todo pra gente. A **conquista** é um valor muito importante em termos de valorização interior; de você conquistar, de desafiar uma coisa e vencer, né?

Hoje, tem que **trabalhar** e ralar bem, então assim: eu fico muito contente e ainda poder estar usufruindo e ainda lutar e me manter aqui perto, eu acho isso muito importante acho um privilégio mesmo, não só pra mim, mas pra todas as pessoas que **trabalham** aqui perto.

Valores incalculáveis são esses de você poder estar lá de você poder usufruir, vê as diferenças e você às vezes nem se dá conta de que isso é mágico e é de

graça, não tem preço. Enfim, é por ai que eu acho [...] agora é claro que tudo tem um preço se não pode se cobrado lá dentro, cobra-se aqui fora, aqui do outro lado da cerca.

**S2** - Confesso a você de onde eu vim e onde eu estou eu sou um **vitorioso**. Em primeiro lugar, eu tenho a minha **família**, segundo o meu **trabalho**, entendeu e terceiro **olugar onde moro**.

**S3** - Eu diria que é o **respeito ao próximo**, meu principal valor é eu estar sempre me preocupando em respeitar o próximo. Porque eu sou o próximo seu nesse momento. Então eu acho que no mínimo tem que existir na minha concepção de vida respeito é o amalgama de qualquer sentimento.

---

### **Entrevista com o Representante da Escola**

Embora as perguntas tenham obedecido a um roteiro prévio para possibilitar a relação que vincula as categorias que emergem da fala dos sujeitos – é inerente considerar na análise das entrevistas, diferenciações que imprimem ao conteúdo analisado, mensagens indispensáveis para serem consideradas no âmbito da discussão dessa pesquisa. Dessa forma foram analisados os conteúdos que emergem em si e que por sua vez tecem a expressão do processo de formação dos alunos no contexto da escola.

### **Da relação com a Universidade de Brasília.**

[...] a gente estabeleceu uma conexão com a Universidade de Brasília, através do **Departamento de Botânica** e a gente desenvolveu vários estudos durante **nove anos** lá, agora a gente deu uma parada pra não ficar uma coisa cansativa e a gente vai pegar todos esses dados de informação que a gente desenvolveu e transformar em uma coisa que a gente não sabe o que é.

[...] a gente buscou *essa ponte com a* **Universidade** porque a gente queria dar de fato um **cunho científico**.

[...] então foram vários estudos, a cada ano a gente tinha uma vertente pra gente desenvolver um trabalho lá, de forma que acabou sendo um **projeto multidisciplinar** porque aí a gente acabou fazendo uma ponte com o Departamento de Física, Departamento de Química, Departamento de Antropologia.

[...] a **Faculdade de Educação nunca houve ninguém interessado em se envolver conosco**. No entanto, essas outras áreas do conhecimento ficaram. Nossa... muito receptivas!

### **Da essência da iniciativa pedagógica com o Parque**

[...] os professores foram capacitados na UnB pela professora de Botânica que desenvolveu todos os processos possíveis, a respeito, depois a gente veio pra dentro da sala de aula para partilhar esses conhecimentos com os alunos e aí os profissionais adequavam a linguagem.

[...] aprendizagem do processo de **nascimento de uma planta**, como a gente foi pra laboratório, os professores foram capacitados, pra compreender como é que a planta se desenvolve, os tipos de sementes, como é que você seleciona as sementes, que sementes se adéquam aquele solo...

[...] conhecer todo o **processo de nascimento e desenvolvimento de uma planta como uma pessoa**, cada criança tinha que fazer um **plantio de uma árvore**, que ela aprendeu que ela conheceu toda **gênese daquela árvore**, tudo sobre ela, toda a **raiz científica**. Como é que é o **processo de desenvolvimento**, em **que tempo ela dá a florada**, em que tempo ela dá fruto, pra que serve o fruto, eu utilizo no que? Tem utilidade?

[...] e aí a gente fez dentro disso aí o **plantio de várias espécies**.

[...] entrou inclusive a área de saúde, pra gente desenvolver atividade de saúde, de **relaxamento, pra que serve isso, em simbiose com a natureza** então eu tô ali, eu tô toda envolvida, aquele parque tem uma representação, tem que ter uma representação muito forte pra cada criança que desenvolveu um trabalho lá dentro – e tem.

Por isso que eu digo: **foi um projeto interdisciplinar** – com uma vertente multidisciplinar porque todas as áreas do conhecimento se envolviam e isso traz a relação de valor.

Então assim, as **crianças vão pra lá pra viver aquele ambiente e pra valorizar** e pra ver que aquele ambiente pode ser uma fonte de lazer, de cultura, de conhecimento que tem uma vertente de várias coisas até porque ele é um múltiplo, né? Mas o que é ser **múltiplo** naquele universo?

## **CAPÍTULO 4 – RESULTADOS**

---

Os resultados das análises serão descritos em duas seções: quantitativa e qualitativa. Em razão da estratégia metodológica, a convergência das análises dos dados será encontrada no capítulo de Discussão, no qual a combinação da abordagem possibilitará associar os resultados de ambos os dados e contribuir para uma compreensão integrada do objeto de estudo pesquisado.

### **FASE QUANTITATIVA VALORES, SENTIDOS E COMPORTAMENTO ECOLÓGICO**

#### **4.1 Dos valores pessoais**

Os construtos que demonstram os valores pessoais dos sujeitos usuários do Parque são representados a partir da Teoria de Valores de Schwartz (2005) que nos permite, por meio da frequência das variáveis analisadas; associá-las aos tipos motivacionais no contexto dos objetivos que estes descrevem.

A porcentagem da amostra distribuída em razão da estrutura de valores postulada por Schwartz (2005) evidencia uma maior concentração dos tipos motivacionais: benevolência (42,3%) e universalismo (7,3%) em contraposição ao poder (3,7%) e a realização (5,8%). Estes resultados revelam que na amostra estudada há uma maior preocupação com o bem estar de todos e uma transcendência de interesses voltada para valores mais coletivos, comprometidos com a família e o amor.

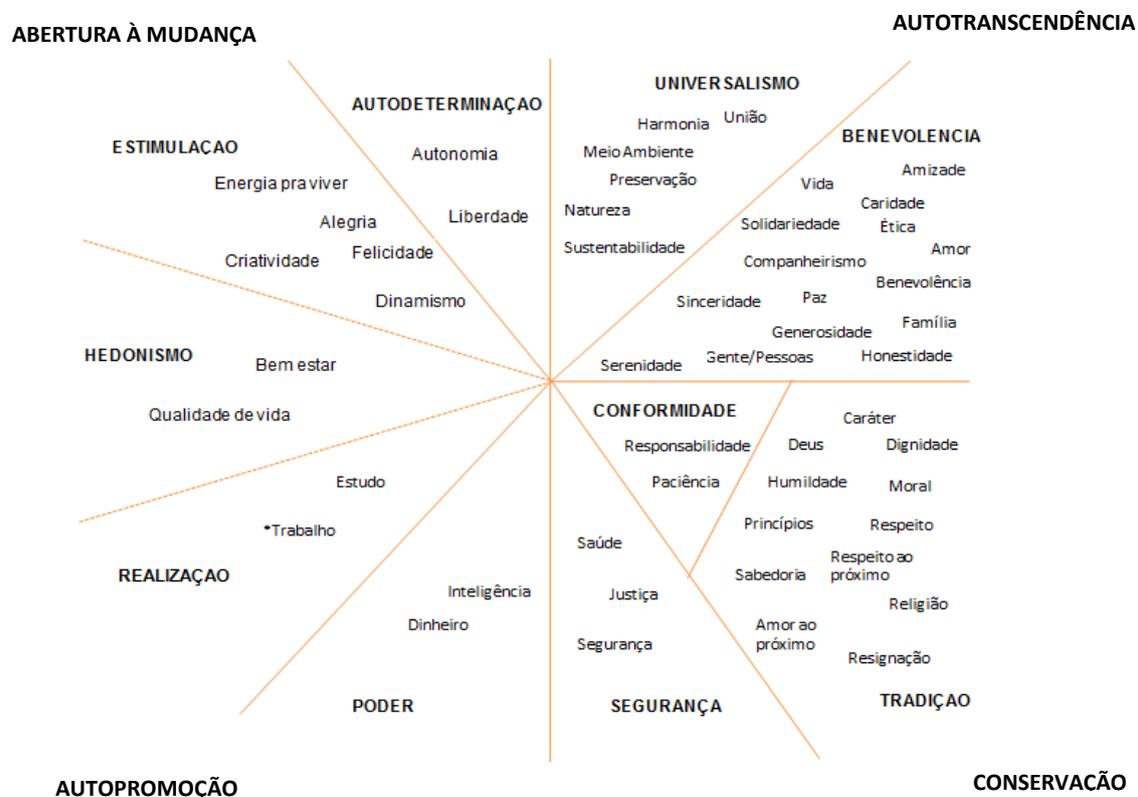
Os tipos motivacionais que descrevem Valores de Conservação representam uma maior concentração na conformidade (1,5%), tradição (17,5%) e segurança (13,1%) que se opõem aos Valores de Abertura à Mudança: autodeterminação (1,5%), estimulação (5,8%) e hedonismo (1,5%).

Este resultado privilegia a dimensão da conservação na qual, o arranjo da amostra tende a uma maior preocupação com valores que representam a

tradição e a segurança. Para Tamayo (2005, p.174) o tipo motivacional tradição procura a “aceitação dos costumes, das normas, da estrutura e das ideias existentes na cultura tradicional. Trata-se portanto, de uma motivação que guia a pessoa a procurar a conservação do *status quo*. Ao mesmo tempo consideramos também representativo o tipo motivacional segurança que assim como a tradição apresenta ser uma das motivações determinantes da amostra estudada.

Assim, para melhor visualização da estrutura de conflito e compatibilidade entre os tipos motivacionais evocados pelos sujeitos da pesquisa apresentamos na Figura 7, a estrutura empírica que ilustra a distribuição dos valores, agrupados de acordo com as metas motivacionais, estabelecidas na Teoria de Valores de Schwartz.

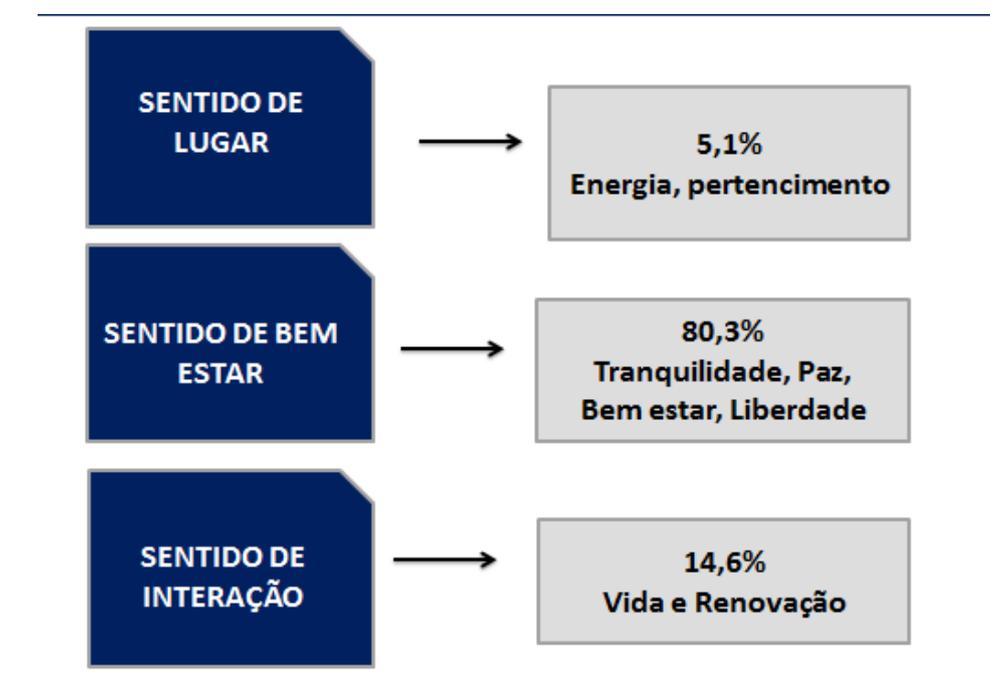
**Figura 7** – Representação da estrutura teórica dos valores citados pelos participantes da pesquisa.



## 4.2 Dos sentidos atribuídos ao Parque

Ao atribuir sentido ao Parque, os usuários evidenciam uma relação que se constrói também a partir dos sentimentos. Dessa forma, para consolidar a organização dos dados elegemos três grupos de sentidos: sentido de lugar, sentido de bem estar e sentido de interação, representados na Figura 8. Essa configuração é apenas de natureza ilustrativa, com o intuito de facilitar uma melhor compreensão dos dados obtidos. Como resultado predominante na amostra estudada evidenciamos o sentido de bem estar, como um conjunto de sentimentos promovidos em razão de propriedades subjetivas que o ambiente proporciona ao usuário do parque.

**Figura 8** – Sentidos atribuídos ao Parque Ecológico Olhos D'Água.



### 4.3 Das razões que motivam os usuários a irem ao Parque

Entre as razões que levam os usuários a irem ao Parque temos uma distribuição equivalente entre a atividade física e a busca pelo lazer e a contemplação, como demonstra a Tabela 2. Estes resultados se aproximam dos sentidos atribuídos ao Parque quanto à busca pelo bem estar em ambientes naturais. Estes resultados caracterizam um usuário que encontra no Parque o ambiente para suas atividades físicas, mas também o lugar que o acolhe para vivenciar suas experiências afetivas com a família e consigo mesmo.

**Tabela 2 – Razões que motivam os usuários a irem ao Parque**

<b>Atividade Física</b>	<b>Lazer e Contemplação</b>	<b>Contato com a natureza</b>	<b>Trabalho</b>
41,6%	41,6%	12,4%	4,4%

### 4.4 Do Comportamento Ecológico

A Escala de Comportamento Ecológico (Pato, 2006) não manteve a mesma estrutura fatorial da escala originalmente validada. Das 13 variáveis originais, 12 tiveram cargas fatoriais no fator, que foi chamado de comportamento ecológico. Com base no gráfico *screeplote* nos *eigenvalues* acima de um, um fator foi extraído. Para a inclusão de uma variável na interpretação do fator, utilizou-se um ponto de corte de 0,30. Entretanto, para melhorar o nível de confiabilidade da escala, após a análise do  $\alpha$  de Cronbach um item foi retirado. Desse modo, a escala unifatorial ficou com 11 itens. A média do fator foi de 3,03 (DP = 0,47). A Tabela 3 destaca os itens que compõem o fator com suas médias e desvios padrão.

**Tabela 3:** Média e desvio padrão por itens de comportamento ecológico.

<b>ITENS</b>	<b>MÉDIA (M)</b>	<b>DESVIO PADRÃO (DP)</b>
Economizo água quando possível	4,24	0,80
Evito desperdício dos recursos naturais	3,88	0,88
Evito usar produtos fabricados por uma empresa quando sei que essa empresa está poluindo o meio ambiente	3,85	1,21
Evito comer alimentos que contenham produtos químicos (conservantes ou agrotóxicos)	3,46	1,18
Falo sobre a importância do meio ambiente com as pessoas	3,35	1,03
Mobilizo as pessoas nos cuidados necessários para a conservação dos espaços públicos	2,96	1,11
Compro comida sem me preocupar se tem conservantes ou agrotóxico	2,94	1,22
Quando estou tomando banho fecho a torneira para me ensaboar	2,87	1,34
Participo de manifestações públicas para defender o meio ambiente	2,12	1,04
Participo de atividades que cuidam do Parque Olhos D'Água	1,91	1,10
Faço trabalho voluntário para um grupo ambiental	1,58	1,03

A Tabela 4 apresenta a solução fatorial com o fator de comportamento ecológico (que conta com 35% de variância explicada), as cargas das variáveis no fator, comunalidades e percentual de variância e covariância. As variáveis estão ordenadas por tamanho da carga, para facilitar a interpretação.

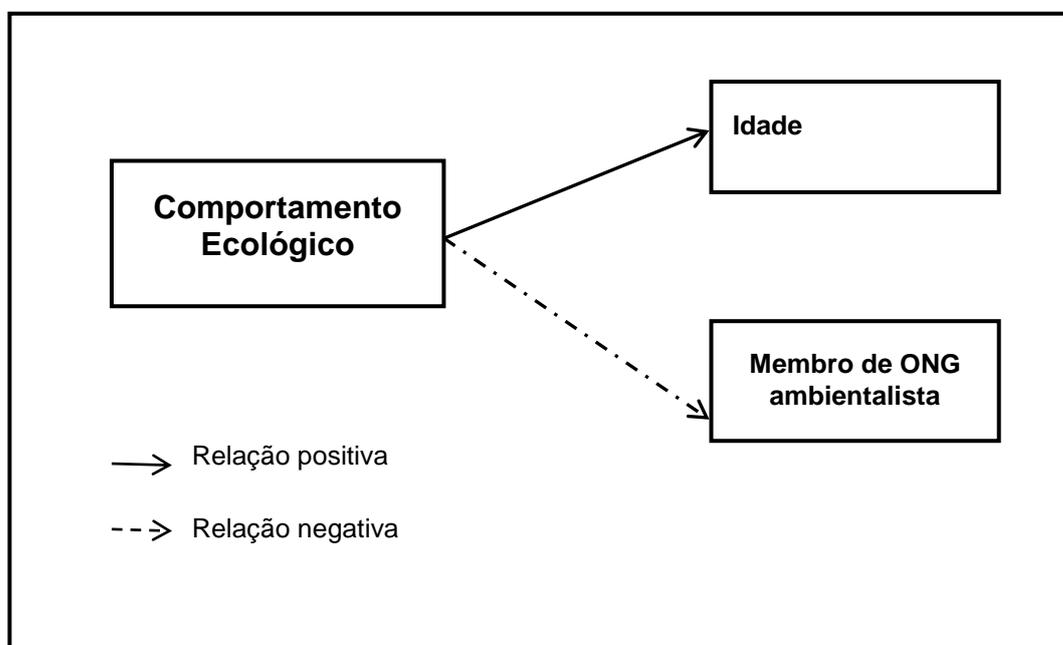
**Tabela 4:** Cargas fatoriais, comunalidades ( $h^2$ ) e percentual de variância do fator principal com extração sobre os itens da Escala de Comportamento Ecológico – ECE.

Item da escala	F1	$h^2$
Falo sobre a importância do meio ambiente com as pessoas	0,71	0,60
Participo de manifestações públicas para defender o meio ambiente	0,70	0,67
Faço trabalho voluntário para um grupo ambiental	0,61	0,49
Quando estou tomando banho fecho a torneira para me ensaboar	0,60	0,81
Mobilizo as pessoas nos cuidados necessários para a conservação dos espaços públicos	0,58	0,70
Participo de atividades que cuidam do Parque Olhos D'Água	0,56	0,40
Evito desperdício dos recursos naturais	0,52	0,61
Economizo água quando possível	0,51	0,49
Compro comida sem me preocupar se tem conservantes ou agrotóxico (recodificado)	0,49	0,67
Evito comer alimentos que contenham produtos químicos (conservantes ou agrotóxicos)	0,44	0,63
Evito usar produtos fabricados por uma empresa quando sei que essa empresa está poluindo o meio ambiente	0,35	0,67
Autovalor ( <i>Eigenvalue</i> )	4,47	
Percentual de variância explicada	35%	
Alpha de Cronbach ( $\alpha$ )	0,71	
Nome do Fator:		
F1 – Comportamento Ecológico		

O comportamento ecológico foi caracterizado por variáveis que apresentaram ações relacionadas ao ativismo ambiental, por meio de participação ativa que envolva outras pessoas, ao uso responsável da água e demais recursos naturais, bem como ao consumo de produtos não prejudiciais ao meio ambiente.

Análises de correlação bivariada entre o fator de comportamento ecológico e as variáveis sociodemográficas, como demonstrada na Figura 9, indicaram que a idade ( $r = 0,30$ ) e o pertencimento a uma ONG ambientalista ( $r = -0,18$ ) foram significativamente correlacionadas com o comportamento ecológico. Esses resultados revelam que quanto mais velho mais comportamento ecológico o sujeito manifesta. Do mesmo modo, pertencer a uma ONG ambientalista indica maior manifestação de comportamento ecológico, na amostra estudada.

**Figura 9** – Representação da correlação bivariada entre o fator comportamento ecológico e a variável idade e pertencimento a ONG ambientalista.



## FASE QUALITATIVA

### ▪ Dos valores pessoais

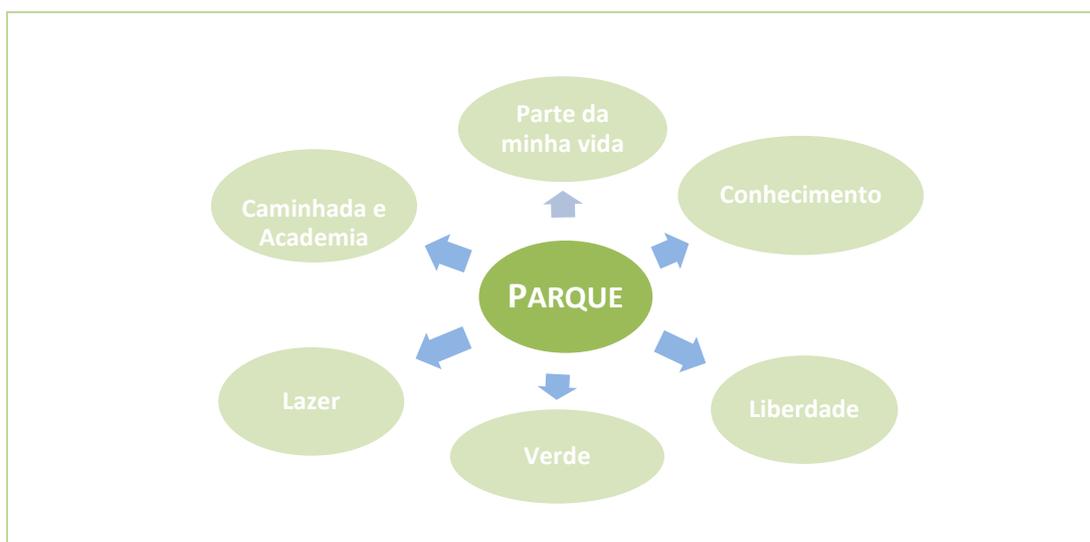
Os itens de valores descritos pelos usuários do entorno do Parque não apresentam dados convergentes; e se concentram nos tipos motivacionais realização, tradição, conformidade e segurança. Os demais tipos não obtiveram classificação.

### ▪ Da relação dos usuários com o Parque

A relação dos usuários com o Parque se manifestou na categorização das respostas às perguntas. Estas por vezes condensaram congruências e dissonâncias atribuídas ao Parque. A relação estabelecida evidenciou a emergência da representação da paisagem enquanto **elemento verde, ambiente de liberdade, espaço destinado ao lazer e a promoção do conhecimento**.

Essas categorias temáticas representadas na Figura 10 inicialmente se organizam para dar respostas à compreensão dos sujeitos que circundam o parque sobre o padrão de interação estabelecido com o ambiente.

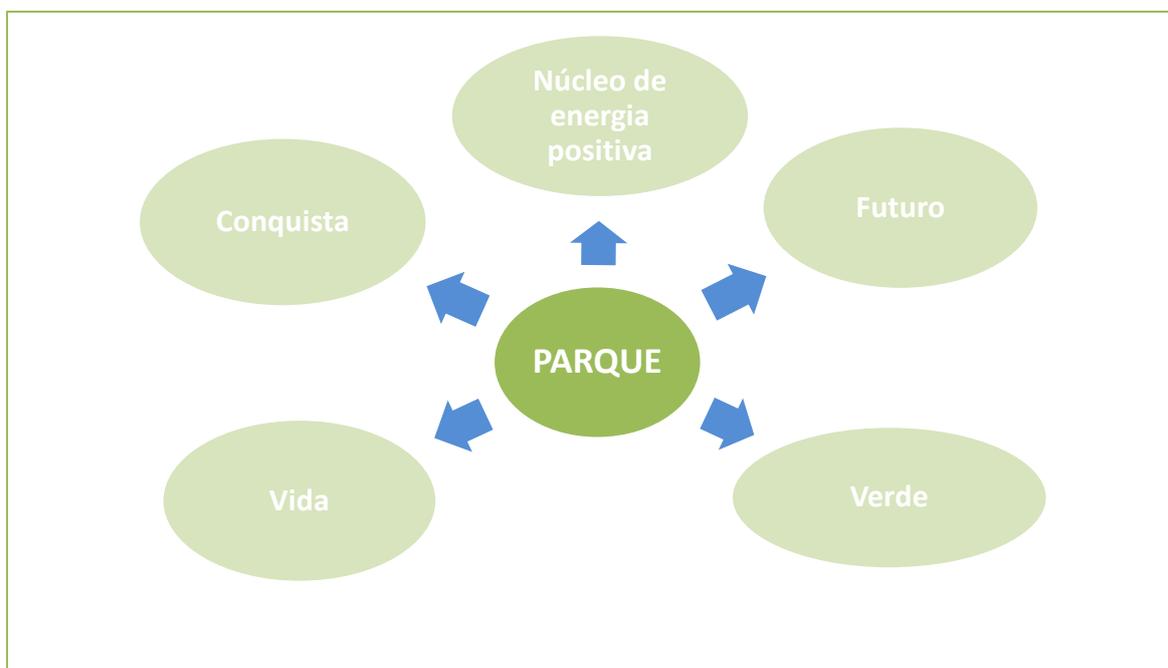
**Figura 10** – Categorias classificadas pela expressão temática



### ▪ Dos sentidos atribuídos ao Parque

A relação dos usuários com o parque contribui para o processo de construção dos sentidos atribuídos a essa unidade de conservação. As respostas encontradas transformam as categorias analisadas em “unidades de sentidos”, as quais passam a representar a dimensão do sentimento dos sujeitos em relação à paisagem em estudo. Para melhor visualização as respostas foram organizadas e encontram-se ilustradas por meio da Figura 11.

**Figura 11** – Sentidos atribuídos ao Parque Ecológico Olhos D’Água



## CAPÍTULO 5 – DISCUSSÃO

---

Este capítulo apresenta a discussão como um elemento convergente da estratégia metodológica adotada, uma abordagem que busca integrar valores e sentidos sem, no entanto perder as especificidades afloradas pela natureza do tema proposto. A discussão retoma as perguntas norteadoras e propõe as considerações aos objetivos declarados nessa pesquisa.

Os usuários do Parque Ecológico Olhos d'Água, aqui tratados como sendo seus visitantes, atletas, simpatizantes, trabalhadores revelam uma organização motivacional que exibe uma predominância de valores mais centrados nas dimensões da Autotranscedência e da Conservação, em contraposição a Abertura à Mudança e a Autopromoção.

Ao formar o *continuum* de motivações, os valores evidenciam expectativas mais abstratas e absolutas, na qual a preocupação com o bem estar do outro salienta a prioridade dessa amostra.

Estes resultados possibilitam caracterizar os valores pessoais em consonância com a Teoria de Valores Humanos postulada por Schwartz (2005). Os valores que apresentaram percentuais mais representativos (**família e amor**) manifestam-se como uma devoção ao grupo primário e convergem com os objetivos motivacionais que guardam relação cooperativa e evidenciam a luz do referencial teórico, uma “preocupação voluntária com o bem estar do outro”. Além disso, estes valores expõem o senso de pertencer e o sentido da vida que confirmam na literatura a cultura coletivista dos brasileiros.

De tal modo, os valores dos usuários do parque estão mais centrados nos valores de benevolência (42,3%) que simbolizam a preocupação voluntária com o bem estar dos mais próximos e nos valores de tradição (17,5%) que evidenciam a motivação para manutenção dos costumes e a conservação do *status quo*; revelando que para esses sujeitos o parque é um lugar seguro para compartilhar do lazer e bem estar com a família, vizinhos e amigos.

Assim, embora o universalismo (valores que refletem a preocupação com o bem estar dos outros indistintamente e com a natureza) esteja adjacente à benevolência e apresente semelhanças na dimensão destacada, de Autotranscedência, os valores ecológicos considerados para este tipo motivacional tendem a uma posição periférica em relação às prioridades da amostra estudada.

Isso se reflete no estabelecimento das relações dos sujeitos com o Parque. Embora reconheçam valores intrínsecos à natureza demonstram comportamentos ecológicos com percentuais pouco significativos para a participação em manifestações públicas em defesa do Parque e de outras causas em prol do meio ambiente.

Ademais, os resultados obtidos entre os valores pessoais e o comportamento ecológico dos usuários do Parque se apresentam de forma convergente ao considerar situações específicas como: ações relacionadas ao uso responsável da água e demais recursos naturais, bem como ao consumo de produtos não prejudiciais ao meio ambiente.

De igual maneira, ao considerarmos o fator idade, com os valores e com o comportamento ecológico constatamos, assim como nos estudos anteriormente realizados por Schwartz (2005), que a idade se correlaciona positivamente com a preocupação com o ambiente. Para o autor:

Envelhecer traz maior entendimento e compaixão com o sofrimento no mundo e maior respeito à fragilidade da natureza. Talvez isso se deva à maior consciência da própria vulnerabilidade e da própria condição de ser mortal (SCHWARTZ, 2005, p. 76).

Por outro lado, os valores dos usuários trazem consigo uma estreita relação com os sentidos atribuídos à paisagem; na literatura, os valores, entre outros aspectos eliciam sentimentos - essa construção pode ser reconhecida

nas descrições que orientam a busca intencional dos usuários do Parque pelo bem estar, a tranquilidade e a paz.

No entanto, ao considerar os sentidos comuns ao grupo há que se reconhecer também, as especificidades que se apresentam no discurso dos comerciantes – sujeitos que compartilharam do processo de consolidação dessa unidade de conservação, que trazem para essa discussão, a concepção do parque sob a lógica de um bem imaterial, que embora propicie relações de sentimentos ampara no seu entorno, uma realidade que se constitui na capitalização do Parque como um valor econômico.

Igualmente, os comerciantes atentam para a dicotomia dos sentidos que o Parque faz emergir: “tudo tem um preço, se não pode se cobrado lá dentro, cobra-se aqui fora, aqui do outro lado da cerca”. Uma leitura na qual ao mesmo tempo em que o parque agrega para uns o sentido de paz e tranquilidade, para outros traz a motivação para o investimento numa ilha imobiliária.

Essa constatação atrelada ao discurso de quem compartilhou do movimento de transformação do Parque traz à tona, as exposições descritas por Leff (2006, p.139) sobre a capitalização da natureza e a redução do ambiente à razão econômica. Essa manifestação desloca o valor do reconhecimento da natureza como um bem em si e proclama o valor especulativo que se legitima na capitalização de um bem comum a todos.

Ademais, esse conflito de interesses reconhecido nas falas dos sujeitos, nos faz constatar que as relações de afinidade com o Parque não são igualmente distribuídas por seus usuários. No entanto, emerge desse mesmo ambiente uma construção social que busca arraigar sentido a esta paisagem e torná-la significativa aos seus usuários.

De tal modo, o parque carrega consigo “o sentido de lugar”; porque mais do que um espaço físico neutralizado e especulado na forma imobiliária, ele representa para seus usuários, a configuração do movimento de refúgio à vida cotidiana, para o lugar de tranquilidade e paz - carregado de sentimentos

coletivos que retomam na perspectiva teórica, a conexão que torna os espaços apropriados em lugares que nos abrigam (MOURÃO E CAVALCANTE, 2011, p.212).

Nesse sentido, a paisagem apreendida na complexidade de seu conceito e pelas atribuições afetivas analisadas nos resultados, representa à luz do referencial teórico, que o Parque já não é apenas a materialidade da forma, mas sim, a síntese de um movimento social que o consolidou, enquanto uma unidade de conservação. Nas palavras de Santos (2008, p. 109) “o simples fato de existirem como forma, isto é como paisagem não basta. A forma já utilizada é coisa diferente, pois seu conteúdo é social”.

Deste modo, o sentido atribuído à paisagem por seus usuários reflete os preceitos de Tuan (1983, p. 39) ao estabelecer como resultado da interação humana o espelho da condição da sociedade. Assim, o Parque se faz parque pela apropriação social de seu espaço e pela manifestação dos valores e interesse de seus usuários, o que o torna diferente das demais 67 unidades de conservação do Distrito Federal.

Assim, compreender os sentidos, no contexto dessa pesquisa, é também considerar a relação intrínseca dessa dimensão, com a formação de sujeitos ecológicos. Essa discussão é enunciada pela compreensão de que os valores e sentidos atribuídos à paisagem passam também pela forma como elegemos nossas prioridades e lidamos com nossas eleições – um modo de ser e agir que qualifica a relação entre os humanos e a natureza.

Essa matriz interpretativa organizada por meio dos valores e sentidos atribuídos à paisagem nos possibilita projetar a representação de um ideário ecológico. Dessa forma Isabel Carvalho destaca que:

É dentro deste repertório de sentidos sociais que a educação, enquanto prática interpretativa poderia acionar ênfases, e construir, dentro de sua autonomia relativa, uma via compreensiva do meio ambiente enquanto campo complexo das relações entre natureza e sociedade. (CARVALHO, 2003, p. 26).

Assim, na perspectiva do Parque, há que se considerar para essa reflexão dois importantes aspectos encontrados nos resultados. O primeiro deles está implícito no comportamento ecológico dos usuários e o segundo nos traços da formação dos alunos apresentados pelo representante da escola.

Na dimensão escolar, a prática pedagógica descrita evidencia o compromisso com a conservação do Parque e o uso do espaço como uma unidade de conhecimento. No entanto, essa perspectiva epistemológica apresenta elementos que nos permitem inferir uma educação mais voltada ao ensino-aprendizagem de conteúdos centrados no potencial ecológico da unidade e numa neutralidade interpretativa que subjaz a perspectiva de outras leituras dessa mesma paisagem.

Essa interpretação nos remete às considerações de Layrargues (2004) sobre a compreensão do que de fato, a Educação Ambiental nos propõe. Para o autor, o ambiental não se resume ao sinônimo de ecológico. Ao contrário se amplia na perspectiva de ser uma “educação com responsabilidade social”.

Assim, a discussão que aqui se estabelece retoma a premissa daquilo que entendemos por Educação Ambiental e das transformações que ensejamos ter, para a compreensão de uma educação para formação de sujeitos ecológicos; que nesse contexto não se encerra no conhecimento sobre espécies botânicas, mas transborda para uma construção crítica da realidade na qual estamos envolvidos. Nesse sentido Isabel Carvalho ressalta que:

No mundo vivido, os aspectos tomados isoladamente pelas disciplinas estão permanentemente relacionados, como a trama de um só tecido. Ao puxar apenas um fio, tratando-o como fato único e isolado, cada área especializada de um conhecimento não apenas perde a visão do conjunto como também pode esgarçar irremediavelmente essa trama em que tudo está imbricado. Com isso, a multiplicidade das “camadas” de significados que constituem a realidade é traduzida em fatos unidimensionais, vistos de somente uma perspectiva. (CARVALHO, 2008, p.128).

Dessa forma, não se trata aqui de estabelecer as fragilidades de uma proposta pedagógica, mas contribuir para o entendimento de que a Educação Ambiental pode se constituir como meio para incitar mudanças de comportamento sobre as questões ambientais. Uma dimensão que se ampara nas relações de ensino-aprendizagem e na construção de valores pessoais, imbuídos de sentido coletivo – motivações que se abrigam numa proposta que não define o tempo como limite, mas um aliado para formação de sujeitos que se engendram com o ambiente, para tornarem-se ecológicos - por inteiro.

No que tange ao comportamento ecológico, a dimensão do ativismo amplia a correlação com a função da Educação Ambiental e nos remete a um universo no qual o engajamento com as questões políticas, inerentes ao Parque ainda parece distante de um ideal ecológico.

O comportamento encontrado como resultado apresenta condutas específicas do cuidado com a água e ao consumo sustentável. Essa discussão nos faz refletir que embora o comportamento ecológico evidencie uma dimensão ética, fundamentalmente importante, há outro passo a ser dado para discussão do Parque enquanto um bem público e um patrimônio imaterial – que se faz pela mediação da Educação Ambiental como um ato político capaz de promover o entendimento e o enfrentamento da complexidade dos conflitos ambientais.

Nesse sentido, como desdobramento dessa pesquisa, há que se reconhecer que a Educação Ambiental estabelece importante papel, seja no contexto das escolas, na perspectiva transdisciplinar de sua proposta pedagógica ou no órgão ambiental, ao qual esteja vinculada a gestão da unidade. Nas premissas de Carvalho (2003), a EA se constituiria necessariamente “engajada na disputa pelo poder simbólico de nomear, interpretar e atribuir sentido ao que poderiam ser relações desejáveis entre sociedade e meio ambiente”.

Ademais, do ponto de vista dos gestores, educadores e usuários que partilham da responsabilidade da conservação desse ambiente, os resultados sinalizam que a predisposição dos usuários à benevolência (valores que na perspectiva teórica priorizam o interesse no mais próximo) pode ser um fator importante a ser considerado, uma vez que a sensibilidade pelo outro pode ser ampliada numa perspectiva de reconhecer o parque como um bem em si e o ambiente em sua completude.

Portanto, como o estudo optou por questões abertas para eleição dos valores há que se considerar a realização de novas pesquisas que confirmem as prioridades estabelecidas pelos usuários, bem como uma amostragem superior a estabelecida para a coleta de dados.

Nesse sentido, é interessante sugerir estudos futuros para investigar a relação afetiva com os ambientes naturais, para compreender de forma aprofundada o quanto a dimensão do pertencimento pode contribuir para a conservação de ambientes naturais. Dessa forma, a contribuição de Corraliza (2000, p.76), poderá dar maior enfoque na análise do significado do ambiente, por meio da classificação de dimensões afetivas que buscam contribuir para a compreensão da representação de conteúdos simbólicos depositados no ambiente.

## **CAPÍTULO 6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS**

---

A questão ambiental representada sobre a perspectiva dos valores e sentidos representa ao seu modo, a complexidade dos diferentes interesses que o parque faz emergir e que se amplia no horizonte da conservação das áreas verdes, em ambientes urbanos.

A identificação da dimensão da autotranscedência, enquanto valores que permeiam a benevolência subjaz a uma compreensão maior sobre o que de fato esses valores e sentidos representam no contexto do Parque Ecológico Olhos d'Água e qual a contribuição deste estudo para a promoção de valores ambientais. Essa compreensão nos remete de forma intrínseca ao papel da Educação Ambiental, no âmbito dessa unidade e das demais unidades de conservação, do Distrito Federal.

Dessa forma, a contribuição da educação nesse processo revela que o sentido do ambiental, não se resume ao reducionismo de uma singularidade ecológica, mas sim de uma leitura crítica e propositiva, que reforça a construção de uma cidadania fundada em princípios éticos e no engajamento dos sujeitos para um presente e futuro, igualmente sustentáveis.

Refletir sobre os programas de EA, em especial os que se destinam a implementar ações, nas unidades de caráter urbano, é repensar de antemão que seus usuários são os maiores aliados no papel da conservação deste ambiente. Assim, considerar os sentidos e os valores como premissa, é identificar antes de tudo, as prioridades valorativas estabelecidas por seus usuários e as significações construídas, por meio dos vínculos afetivos, como elementos norteadores de planos de uso e de manejo. Um repensar sobre metodologias que visam “identificar o perfil do usuário das unidades de conservação”.

Há, portanto que estabelecer com o resultado dessa pesquisa, ações de educação ambiental que visem aproximar o sujeito do próprio parque, uma leitura da paisagem que se manifesta nas vivências do cotidiano da unidade; com a presença permanente de educadores que pensam o espaço em conjunto com a comunidade; que partilham de desejos, mas também de planejamento para o enfrentamento das questões que tornam o parque mais vulnerável.

Repensar que o trabalho das Organizações Não Governamentais é uma contribuição para o fortalecimento da gestão ambiental, mas não o resultado por si só daquilo que o governo deve desempenhar enquanto um ente que se dispõe a criar parques, mas que tem a obrigação de cuidar e conservar.

Assim, os valores e os sentidos são, antes de tudo, uma contribuição para ler e reler a paisagem do Parque, uma forma de olhar para si e encontrar no ambiente, as respostas para um futuro cuja responsabilidade é compartilhada por todos nós.

## REFERÊNCIAS

BARGOS, D. C.; MATIAS, L. F. Áreas Verdes Urbanas: um estudo de revisão e proposta conceitual. *Revista da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana*, v.6, n.3, p. 172-188, 2011.

BONI, S. J.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. *Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC*. Florianópolis, v.2 n.1 (3), janeiro-julho/2005. Disponível em: <[http://www.emtese.ufsc.br/3\\_art5.pdf](http://www.emtese.ufsc.br/3_art5.pdf)>. Acesso em: maio de 2011.

BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, DF, agosto de 1981.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, julho, de 2000.

CAMPOS, C. B.; POL, E. *As crenças ambientais de trabalhadores provenientes de empresa certificada por SGA podem prever comportamentos pró-ambientais fora da Empresa?* Natal: Estudos de Psicologia, v. 15, n. 2, Maio-Agosto, de 2010.

CARVALHO, I. *Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico*. São Paulo, Editora Cortez, 2004. (Coleção Docência em Formação)

CARVALHO, I. Os sentidos do ambiental: uma contribuição hermenêutica para a pedagogia da complexidade. In: LEFF, E. (Org.). *A complexidade ambiental*. Cortez Editora, São Paulo, 2003.

\_\_\_\_\_. Subjetividade e sujeito ecológico: contribuições da psicologia social para a educação ambiental. IN: GUERRA, F.A. e TAGLIEBER, J.E. (Orgs.). *Educação ambiental fundamentos, práticas e desafios*. Itajaí: Universidade do Vale do Itajaí. 2007.

CARVALHO, I.; GRUN, M. *Hermenêutica e educação ambiental: o educador como intérprete*. Encontros e Caminhos: Formação de Educadoras(es) Ambientais e Coletivos Educadores/ Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de

Educação Ambiental; Luiz Antonio Ferraro Júnior (org.). - Brasília: MMA, Diretoria de Educação Ambiental, 358 p., 2005.

CAVALCANTE, S.&NÓBREGA L.M.A. Espaço e Lugar. Apropriação. In: CAVALCANTE S. & ELALI, G.A. (Org.) *Temas Básicos em Psicologia Ambiental*. Petrópolis – RJ: Ed. Vozes, 2011. p. 182-190

CAVALCANTE, S.; ELIAS, T.F. Apropriação. In: CAVALCANTE S. & ELALI, G.A. (Org.) *Temas Básicos em Psicologia Ambiental*. Petrópolis – RJ: Ed. Vozes, 2011. p. 63-69.

CERQUEIRA, T. C. S.; SOUZA, E. M. (Con) *Texto em escuta sensível*. Brasília: Thesaurus, 198 p, 2011.

CORRALIZA, J. A. & Martín, R. *Estilos de vida, actitudes y comportamientos ambientales. Medio Ambiente y Comportamiento Humano*, 1 (1), p.31-56, 2000.

CORRALIZA, J.A. Emoción y ambiente. In: Aragonés Juan Ignacio; Amérigo María. *Psicología Ambiental*. Madrid: Ed. Pirámide, 2000, p. 59-76.

CORRAL-VERDUGO , V. *Contribuciones del análisis de la conducta a la investigación del comportamiento pro-ecológico*. Revista Mexicana de Análisis de la Conducta. Dezembro, vol. 32, n°002, p. 111-127. Guadalajara, México, 2006.

CORRAL-VERDUGO, V. E PINHEIRO, J. Q. *Condições para o estudo do comportamento pró-ambiental*. Estudos de Psicologia, p. 7-22, 1999.

CORRAL-VERDUGO, V. & PINHEIRO, J. Q.. *Aproximaciones al estudio de la conducta sustentable*. Medio Ambiente y Comportamiento Humano, México, 2004.

CRESWEL, J. W. *Projetos de pesquisa: métodos qualitativos, quantitativos e misto*. Porto Alegre, 2010.

DISTRITO DEFERAL. Decreto nº26.986, de 10 de julho de 2006. Cria o Programa de Adoção de Parque. *Diário Oficial do Distrito de Federal*, Brasília, DF, 11 de julho, de 2006.

DISTRITO FEDERAL. Decreto nº 33.588, de 22 de março de 2012. *Diário Oficial do Distrito Federal*, Brasília, DF, 23 de março de 2012.

DISTRITO FEDERAL. Lei Complementar nº 827, de 22 de julho de 2010. Regulamenta o art. 279, I, III, IV, XIV, XVI, XIX, XXI, XXII, e o art. 281 da Lei Orgânica do Distrito Federal, instituindo o Sistema Distrital de Unidades de Conservação da Natureza SDUC, e dá outras providências. *Diário Oficial do Distrito Federal*, Brasília, DF, 23 de julho de 2010.

DISTRITO FEDERAL. Lei nº 265, de 14 de dezembro de 1999. Dispõe sobre a criação do Parque Ecológico e de Uso Múltiplo no Distrito Federal. *Diário Oficial do Distrito Federal*, Brasília, DF, 23 de dezembro de 1999.

DISTRITO FEDERAL. Lei nº 556, de 07 de outubro de 1993. Dispõe sobre a criação do Parque Ecológico Olhos D'Água. *Diário Oficial do Distrito Federal*, Brasília, DF, 08 de outubro, de 1993.

FERREIRA, A. D.. *Efeitos positivos gerados pelos parques urbanos: o caso do Passeio Público da Cidade do Rio de Janeiro*. 2005. 99f. Dissertação (mestrado em Ciência Ambiental) – Universidade Federal Fluminense; Niterói, RJ, 2005.

FÍGOLI, L. H. G. *A paisagem como dimensão simbólica do espaço: o mito e a obra de arte*. XIII Ciclo de Estudos sobre o Imaginário. Recife, 2004.

FRANCO, M. L. P.B. *Análise do Conteúdo*. Vol. 6, Série Pesquisa, (2007).

FREIRE, J. C. E VIEIRA, E.M. *Uma escuta ética de psicologia ambiental*. *Psicologia & Sociedade*: Fortaleza, p. 32-37, maio/ago, 2006.

GANEM, R. S.; LEAL, Z. DE M. Parques do Distrito Federal: desafios à sua implantação. In: DUARTE, L. M. G. THEODORO, S. H(org.). *Dilemas do Cerrado: entre o ecologicamente (in)correto e o socialmente (in) justo*. Rio de Janeiro: Garamond. p.57 – 73 , 2002.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GRUN, Mauro. O conceito de holismo em ética ambiental e em educação ambiental. In: SATO, Michèle; CARVALHO, Isabel Cristina. *Educação ambiental: Pesquisa e Desafios*. Porto Alegre: Artmed, 2005, p.45-50.

HOLZER, W. *Uma discussão fenomenológica sobre os conceitos de paisagem e lugar, território e meio ambiente*. Revista Território ano II, nº3, jul./dez, 1997.

JACOBI, P. R. *Educação Ambiental: o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo*. Educação e Pesquisa, São Paulo v. 31, n.2, p 233-250, maio/ago. 2005.

KARP, D. G. (1996).Values and their effect on pro-environmental behavior. *Environment and Behavior*, 28(1), 111-133.

KLIASS, R. G. *Parques Urbanos no Brasil*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2002. 208 p.

KUHNEM, A. Desenvolvimento Sustentável. In: CAVALCANTE S. & ELALI, G.A. (Org.) *Temas Básicos em Psicologia Ambiental*. Petrópolis – RJ: Ed. Vozes, 2011.p. 174-180.

LEFF, E. *Racionalidade Ambiental: a reapropriação social da natureza*. Ed. Record, 2006, 555 p.

MACEDO, S.S. & SAKATA, F.G. *Parques Urbanos no Brasil*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2002. 208 p.

MAKIUCHI, M.F.R. *Alteridade e Educação Ambiental*. Pesquisa em Educação Ambiental, vol. 6, n. 1 – pp. 85-99, 2011. Disponível em: <<http://www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/pea/v6n1/06.pdf>>

MORIN, E. *O método* 6. Ética. 3ª ed. – Porto Alegre: Sulina, 2007.

MOURÃO, A.R.T.; CAVALCANTE, S. Identidade e Lugar. *In: Temas básicos em Psicologia Ambiental*. Sylvia Cavalcante, Gleice A. Elali (orgs.). Petrópolis, RJ: Vozes, 2011, p. 208 – 216.

MYANAKI, J. *A paisagem no ensino da Geografia: uma estratégia didática dentro da Arte*. São Paulo, 155 f. (Dissertação de Mestrado) – Universidade de São Paulo; 2003.

PATO, C. M. L. CAMPOS, Camila Bolzan de. *Comportamento Ecológico*. *In: Temas básicos em Psicologia Ambiental* Sylvia Cavalcante, Gleice A. Elali (orgs.). Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

\_\_\_\_\_. *Comportamento Ecológico: Relações com valores pessoais e crenças ambientais*. Brasília, 2004. 144 f. Tese (doutorado em Psicologia) – Universidade de Brasília; 2004.

PATO, C.; TAMAYO, A. Aescala de comportamento ecológico: desenvolvimento e validação de um instrumento de medida. *Estudo de Psicologia*, n. 11, p.289-296, 2006.

PERES, M. L. C.; BARBOSA, Y.M. *O imaginário na reprodução da natureza no espaço urbano: Parque Vaca Brava e Flamboyant*. Contemporânea. ed.14, vol. 8, 2010. Disponível em: <<http://www.contemporanea.uerj.br/pdf>>. Acesso em: março de 2012.

PINHEIRO, J.Q.; ELALI, G.A. Compromisso pró ecológico. *Comportamento Ecológico*. *In: Temas básicos em Psicologia Ambiental* Sylvia Cavalcante, Gleice A. Elali (orgs.). Petrópolis, RJ: Vozes, p.159-171, 2011.

ROKEACH, M. *Crenças, Atitudes e Valores: uma teoria de organização e mudança*. Rio de Janeiro: Ed. Interciência, 1981, p.173.

ROS, M. Valores. Atitudes e comportamento: uma nova visita a um tema clássico. ROS, M.; GOUVEIA, V.V. *Psicologia social dos valores humanos: desenvolvimentos teóricos, metodológicos e aplicados*. São Paulo: Editora Senac, p.87-114, 2006.

SALGUEIRO, T. B. *Paisagem e Geografia*. Finisterra, XXXVI, p. 37-53, 2001.

SANTOS, M. *A natureza do Espaço Habitado*. 4ªed. 4ªreimpressão. São Paulo, 2008.

SANTOS, M. *Metamorfose do Espaço Habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia*. 6ª ed.1ª reimpressão. São Paulo, 2012.

SANTUCCI, J. *As promenades do Rio de Janeiro: o papel do Passeio Público, Praça Paris e Parque do Flamengo na história da paisagem carioca*. Rio de Janeiro, 2003. 175 f. Dissertação (mestrado em Arquitetura) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2003.

SCHWARTZ, S.H. Valores humanos básicos: seu contexto e estrutura intercultural. In: *Valores e comportamento nas organizações/ Álvaro Tamayo e Juliana Barreiros Porto (orgs.)*. Ed. Vozes, Petrópolis 2005.

TABACHNICK, B.G. & FIDELL, L.S. *Using Multivariate Statistics*.4 ed. Boston: Allyn and Bacon.

TAMAYO, A. Valores humanos básicos: seu contexto e estrutura intercultural. In: *Valores e comportamento nas organizações/ Álvaro Tamayo e Juliana Barreiros Porto (orgs.)*. Ed. Vozes, Petrópolis 2005.

TUAN, Y-F. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo: Difel, 1983.

UNGER, N.M. *O encatamento do humano: ecologia e espiritualidade*. 2ed.São Paulo Ed. Loyola, São Paulo, 2000, p. 94.

VIANNA, H. M. *Pesquisa em educação:a observação*. Brasília: Plano Editora, 2003.

VIEIRA, P.B. H. *Uma versão geográfica das áreas verdes de Florianópolis, SC. Estudo de Caso do Parque Ecológico do Córrego Grande. Trabalho de Conclusão de Curso. UFSC. Florianópolis, SC, 2004.*

ZAPATEL, Juan Antonio. *Entrevista com Lúcio Costa: a concepção da Superquadra de Brasília.* Entrevista. São Paulo, 10.038, Vitruvius, abr 2009. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas>> acesso em 16 de julho de 2012.

## ANEXOS

### ANEXO A – INSTRUMENTO ADOTADO NA FASE QUANTITATIVA

Olá!

Esta é uma pesquisa sobre o Parque Olhos D'água e sua participação é muito importante! Aqui não existem respostas certas ou erradas o que vale é a sua opinião – para isso preservamos o anonimato e o sigilo das respostas. O importante é responder TODAS as perguntas com a primeira resposta que vier a cabeça.

Obrigada por sua colaboração, participar faz a diferença!

**Danielle Abud**

Pesquisadora UnB/PPGE (Matr.110053907) – Pesquisa autorizada pelo IBRAM

Pensando naquilo que é mais importante para você (ou em sua vida) escreva abaixo os valores que você considera mais importantes.

1) \_\_\_\_\_; 2) \_\_\_\_\_; 3) \_\_\_\_\_

Quando estou no Parque meu sentimento é de \_\_\_\_\_.

Para esta etapa você deve escolher apenas **UMA** opção!

	1 Nunca	2 Quase Nunca	3 Algumas Vezes	4 Muitas Vezes	5 Sempre
1. Participo de atividades que cuidam do Parque Olhos D'água	<input type="checkbox"/>				
2. Participo de manifestações públicas para defender o meio ambiente	<input type="checkbox"/>				
3. Evito desperdício dos recursos naturais	<input type="checkbox"/>				
4. Faço trabalho voluntário para um grupo ambiental	<input type="checkbox"/>				

	1 Nunca	2 Quase Nunca	3 Algumas Vezes	4 Muitas Vezes	5 Sempre
5. Deixo a torneira aberta durante todo o tempo do banho	<input type="checkbox"/>				
6. Evito comer alimentos que contenham produtos químicos (conservantes ou agrotóxicos).	<input type="checkbox"/>				
7. Mobilizo as pessoas nos cuidados necessários para a conservação dos espaços públicos.	<input type="checkbox"/>				
8. Falo sobre a importância do meio ambiente com as pessoas	<input type="checkbox"/>				
9. Compro comida sem me preocupar se tem conservantes ou agrotóxico	<input type="checkbox"/>				
10. Evito usar produtos fabricados por uma empresa quando sei que essa sempre está poluindo o meio ambiente	<input type="checkbox"/>				
11. Enquanto escovo os dentes deixo a torneira aberta.	<input type="checkbox"/>				
12. Quando estou tomando banho fecho a torneira para me ensaboar	<input type="checkbox"/>				
13. Economizo água quando possível	<input type="checkbox"/>				

Por que você vem ao Parque? \_\_\_\_\_

Embora não precise colocar seu nome, gostaríamos de saber algumas coisas sobre você:

<b>Escolaridade</b> <input type="checkbox"/> Pós Graduação <input type="checkbox"/> Nível Superior <input type="checkbox"/> Superior Incompleto <input type="checkbox"/> Ensino Médio antigo 2º Grau <input type="checkbox"/> Ensino Fundamental antigo 1º Grau	<b>Sexo</b> <input type="checkbox"/> Feminino <input type="checkbox"/> Masculino Idade _____	<b>Morador da Quadra</b> <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO	<b>Membro de ONG Ambientalista</b> <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO
--	---	--	--

## ANEXO B – TERMO DE AUTORIZAÇÃO DA PESQUISA



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos  
do Distrito Federal - Brasília Ambiental



## AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA Nº 003/2012 – SUGAP/IBRAM

1ª Via – Pesquisador(a)

O Superintendente de Gestão de Áreas Protegidas do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal - Brasília Ambiental – Ibram, no uso de suas atribuições que lhe conferem a Lei nº 3.984, de 28 de maio de 2007 e o inciso XVII do art. 26 do Decreto nº 28.112, de 11 de julho de 2007, e tendo em vista o disposto na Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000, resolve **AUTORIZAR** o (a) : Danielle Abud Pereira pesquisador (a) CPF: 484441678200 e equipe abaixo discriminada, a executar a pesquisa **“VALORES E SENTIDOS ATRIBUIDOS A PAISAGEM AMBIENTAL URBANA NO DISTRITO FEDERAL”** no **PARQUE AMBIENTAL DE USO MÚLTIPLO OLHOS D'AGUA** objeto do Processo nº 391.000294/2012.

## TITULAR DA PESQUISA

Nome: Danielle Abud Pereira

Formação: Graduação

Especialidade: Ecologia Humana e Educação Ambiental

Instituição de pesquisa à qual está ligado/credenciado: UNB

O presente projeto refere-se à pesquisa de:

 Graduação  Mestrado  Doutorado  Outros. Especificar: \_\_\_\_\_

## EQUIPE

1. NOME: Danielle Abud Pereira (CPF) 484441678200
2. NOME: Claudia Márcia Lyra Pato (CPF) 26660300163

## CONDIÇIONANTES, EXIGÊNCIAS E RESTRIÇÕES

1. Esta Autorização de Pesquisa permite apenas a realização do projeto intitulado **“VALORES E SENTIDOS ATRIBUIDOS A PAISAGEM AMBIENTAL URBANA NO DISTRITO FEDERAL”** no **PARQUE AMBIENTAL USO MÚLTIPLO DE OLHOS D'AGUA**. Esta pesquisa será realizada no parque da **ASA NORTE**, a ser desenvolvida, exclusivamente, pela Danielle Abud Pereira e pela equipe autorizada;
2. O tipo e a quantidade de material biológico a ser coletado deverá se limitar ao especificado na autorização Sisbio;
3. O (A) titular da pesquisa é responsável pela adoção das medidas preventivas necessárias à prevenção e mitigação de danos ao meio ambiente;
4. Ao final das atividades de campo deverá ser providenciada a limpeza das áreas utilizadas, assim como a retirada das sinalizações instaladas para a pesquisa;
5. Ao final da pesquisa deverão ser entregues 2 (duas) cópias do produto, na forma

## AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA Nº 003/2012 – SUGAP/IBRAM

1 / 2

"Brasília – Patrimônio Cultural da Humanidade"

SEPN 511 - Bloco C - Edifício Bittar

Asa Norte - DF  
CEP: 70.750-543



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
 Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos  
 do Distrito Federal - Brasília Ambiental



impresa e em arquivo digital, para integrar o acervo técnico do Instituto Brasília Ambiental;

6. Todas as imagens geradas no desenvolvimento da pesquisa, na forma de filmagens e fotografias, mesmo que não utilizadas na edição final do documento, devem ser disponibilizadas ao Instituto Brasília Ambiental ao final dos trabalhos;
7. Ao final das atividades o (a) titular deverá apresentar os resultados da pesquisa para a equipe do Instituto Brasília Ambiental, em data e local acordado entre as partes, de forma a divulgar e disseminar o conhecimento gerado;
8. Toda e qualquer alteração das atividades de campo do projeto de pesquisa deverá ser requerida previamente ao Instituto Brasília Ambiental;
9. Outras condicionantes, exigências e restrições poderão ser estabelecidas pelo Instituto Brasília Ambiental a qualquer tempo;

**Esta autorização tem validade de 1 (um) ANO, a partir da data da emissão.**

Brasília/DF, 09 de abril de 2012.

  
 Pedro Luiz Cezar Salgado  
 Superintendente

Superintendência de Gestão de Áreas Protegidas

**DECLARO ESTAR CIENTE E DE ACORDO COM OS TERMOS DA AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA Nº 003/2012, A QUAL SUBSCREVO.**

Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

Documento de Identidade: \_\_\_\_\_

**AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA Nº 003/2012 – SUGAP/IBRAM**

2/2

“Brasília – Patrimônio Cultural da Humanidade”  
 SEP/511 - Bloco C - Edifício Bittar  
 Asa Norte - DF  
 CEP: 70.750-543